



RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A AMÉRICA LATINA

TRABALHO SINDICAL CONJUNTO CSA-CES 2008-2010



RELACIONES ENTRE LA UNIÓN EUROPEA Y AMÉRICA LATINA

TRABAJO SINDICAL CONJUNTO CSA-CES 2008-2010

PORTUGUÊS P.3

ESPAÑOL P.37



Confederação Europeia de Sindicatos (CES)

Confederación Europea de Sindicatos (CES)

P. 3 | **RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA
E A AMÉRICA LATINA**

**TRABALHO SINDICAL CONJUNTO
CSA-CES 2008-2010**

P. 37 | **RELACIONES ENTRE LA UNIÓN
EUROPEA Y AMÉRICA LATINA**

**TRABAJO SINDICAL CONJUNTO
CSA-CES 2008-2010**





RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A AMÉRICA LATINA

TRABALHO SINDICAL CONJUNTO CSA-CES 2008-2010

1. APRESENTAÇÃO	P.4
2. PROPOSTA DE PROGRAMA DE TRABALHO PARA O SEGUIMENTO SINDICAL DAS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS (UE-ALC)	P.5
3. IV CIMEIRA SINDICAL UNIÃO EUROPEIA – AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS	P.10
4. PROPOSTA DE CAPÍTULO SOCIAL PARA UM ACORDO DE ASSOCIAÇÃO ENTRE A AMÉRICA CENTRAL E A UNIÃO EUROPEIA	P.17
5. PELO FORTALECIMENTO DA CAN: NÃO ÀS NEGOCIAÇÕES BILATERAIS	P.24
6. DECLARAÇÃO DO TERCEIRO ENCONTRO SINDICAL UNIÃO EUROPEIA - MÉXICO	P.26
7. ACORDO DE PARCERIA ECONÓMICA (APE) ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E CARIFORUM	P.31
8. BASES PARA UMA PROPOSTA DE FUNDOS DE COESÃO EURO-LATINO AMERICANOS	P.33

APRESENTAÇÃO

A presente publicação (disponível em quatro línguas: inglês, francês, espanhol e português) inclui as principais declarações e outros documentos elaborados conjuntamente nos últimos dois anos pela Confederação Sindical de Trabalhadores das Américas (CSA) e pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

Desde que, em Junho de 1999, a primeira Cimeira de Chefes de Estado e de Governo estabeleceu o projecto de associação bi-regional entre a União Europeia e a América Latina e Caraíbas o movimento sindical das duas regiões tem desenvolvido um trabalho conjunto para que a dimensão social figure como elemento principal das negociações e para que os acordos UE-ALC tenham como ponto de partida os princípios do comércio justo, favoreçam os processos de integração no Mercosur, na Comunidade Andina, na América Central e nas Caraíbas, bem como a promoção do desenvolvimento e da coesão social em todas a América Latina.

Em Maio de 2001 foi criado em Bruxelas um grupo de trabalho CES-CIOSL-CMT-ORIT-CLAT que organizou diversos encontros para estabelecer uma posição sindical comum. Estas organizações, de forma unitária, celebraram a Primeira Cimeira Sindical em Abril de 2002. Desde aí e antes de cada Cimeira governamental, os trabalhadores têm feito ouvir a sua voz, através da realização de encontros, como o do passado mês de Abril de 2008, onde a CSA, a CES e a CSI organizaram a IV Cimeira Sindical.

Os Acordos de Associação assinados entre a União Europeia e o México ou o Chile, bem como as negociações em curso com o Mercosur, CAN e América Central são seguidos com muita atenção pela CES e pelas instâncias de coordenação sindical destas sub-regiões, tendo sido estabelecida uma estreita coordenação no âmbito da colaboração existente entre a CES e a CSA. Nas diversas declarações e propostas sindicais temos reiterado a nossa recusa em que os Acordos de Associação se baseiem somente no comércio livre e temos reclamado que sejam verdadeiros acordos

de associação política, económica, social e cultural.

A criação da CSA, em Março de 2008, no seguimento da unificação da ORIT, CLAT e de outros sindicatos da América Latina, deu um novo impulso à coordenação com o sindicalismo europeu. A cooperação sindical CES-CSA será reforçada através do Plano de Trabalho assinado pela duas organizações em 2008 (incluído na presente publicação) e que lhes permitirá trabalhar em conjunto para enfrentarem os próximos desafios, como é o caso das actuais negociações e a próxima Cimeira de Chefes de Estado que se celebrará em Espanha em 2010. Nessa ocasião, a CSA, a CES e a CSI, com o apoio dos sindicatos espanhóis, contam organizar diversas actividades conjuntas.

Esta não é a primeira vez que a CES publica um documento sobre a América Latina. No entanto, é a primeira vez que o faz em conjunto com a CSA, dando assim um novo passo na aliança sindical entre as duas organizações.

Pretendemos com esta publicação render uma pequena mas merecida homenagem ao companheiro José Olivio, recentemente falecido de forma prematura. Olivio, um sindicalista da CUT do Brasil, contribuiu de uma forma notável, quando ocupou o cargo de secretário-geral adjunto da CISL, para impulsionar o trabalho sindical conjunto entre a Europa e a América Latina.

John Monks
Secretário-geral da CES

Víctor Báez
Secretário-geral da CSA

**CONFEDERAÇÃO SINDICAL
DE TRABALHADORES DAS
AMÉRICAS (CSA)**

**CONFEDERAÇÃO EUROPEIA
DE SINDICATOS (CES)**

PROGRAMA DE TRABALHO PARA O SEGUIMENTO SINDICAL DAS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS

**(APROVADO EM NOVEMBRO
DE 2008 E REVISTO
EM MAIO DE 2009)**

Em Abril de 2005, em Brasília, a CES, a ORIT e a CLAT assinaram o primeiro programa de trabalho conjunto para o seguimento sindical das relações entre a UE e a ALC. Em Maio de 2008, por ocasião da IV Cimeira Sindical, os representantes da CES e da CSA decidiram actualizar o referido programa, adaptando-o à nova situação decorrente da criação da nova organização regional, a CSA.

A CES e a CSA reconhecem-se mutuamente como parceiros sindicais no âmbito das relações bi-regionais. Ao mesmo tempo, integram e apoiam o trabalho desenvolvido em paralelo pelas estruturas sub-regionais da América Latina com as quais a CES mantém relações de trabalho, no âmbito do seguimento das negociações com a UE.

Em 2008, a CSA, a CES e as Coordenadoras realizaram duas reuniões de trabalho de carácter global sobre as negociações (5-7 de Março em Bruxelas e 15 de Maio em Lima), bem como (em colaboração com a CSI) a IV Cimeira Sindical UE-ALC (16 de Abril em Lima). Nestas reuniões celebraram-se diversos acordos cuja concretização será tomada em consideração no presente programa de trabalho. Será igualmente incluído no programa o seguimento dos acordos concluídos pelos Chefes de Estado da UE-ALC na sua Cimeira (16 de Maio em Lima).

Em Maio de 2009, teve lugar, em Buenos Aires, um Encontro CSA-CES. Neste encontro foram discutidas as diferentes tarefas comuns e, conseqüentemente, foi actualizado o presente Programa de Trabalho.

As nossas tarefas conjuntas organizam-se em torno de três grandes campos temáticos:

- 1. Comunidade Iberoamericana e Cimeiras**
 - 1.1 Participação sindical nas Cimeiras de Chefes de Estado
 - 1.2 Fortalecimento das Cimeiras sindicais
- 2. Relações económicas entre a UE e os países e regiões da América Latina e Caraíbas**
 - 2.1 Mercosul
 - 2.2 Comunidade Andina

- 2.3 América Central
- 2.4 Caraíbas
- 2.5 México
- 2.6 Chile

3. Dimensões temáticas específicas

- 3.1 Promoção do emprego e dos direitos laborais
- 3.2 Comércio justo
- 3.3 Coesão social
- 3.4 Investimento regulado
- 3.5 Empresas Multinacionais
- 3.6 Responsabilidade Social das Empresas
- 3.7 Migrações
- 3.8 Flexigurança
- 3.9 Direitos das Mulheres

1. Participação sindical nas Cimeiras e nas negociações

Uma vez mais, o movimento sindical não teve da parte dos organizadores da Cimeira de Chefes de Estado, realizada em Lima, o tratamento que lhe é devido, dada a sua qualidade de parceiro social.

A Declaração Sindical foi entregue às autoridades respectivas antes da realização da Cimeira mas, no decorrer da mesma, não houve qualquer tipo de diálogo entre os sindicatos e os organizadores ou porta-voz da Cimeira. A Declaração Sindical não foi mencionada na Declaração oficial dos Chefes de Estado, apesar de ter sido publicada na página web da UE.

A CES solicitará à Comissão Europeia e (com a colaboração dos sindicatos espanhóis) ao Governo de Espanha, que a CSA e a CES sejam consultadas na fase de preparação do projecto de declaração final da próxima Cimeira, que se realizará em Espanha em 2010, especialmente no que diz respeito aos temas sociais e do emprego.

A CSA e a CES solicitarão ainda ser recebidas, no decorrer dessa Cimeira, pelos Chefes de Estado (ou pelos seus representantes) a fim de poderem apresentar oficialmente as suas reivindicações.

Serão igualmente exploradas as possibilidades de colaboração com outras organizações e movimentos sociais, actores activos nas relações UE-América Latina.

A CSA, a CES e a CSI reunir-se-ão com as organizações filiadas de Espanha para preparar a V Cimeira Sindical UE-América Latina e Caraíbas.

2. Reforço das Cimeiras sindicais

Para que as Cimeiras Sindicais se revistam de maior representatividade, tenham uma melhor visibilidade e sejam mais eficazes é necessário que se realizem com maior autonomia relativamente ao Encontro da Sociedade Civil, organizado pelo CESE. E isto independentemente do facto de ser importante e conveniente mantermos a nossa participação activa neste Encontro, juntamente com os empresários e outras organizações da sociedade civil.

Procurar-se-á organizar a V Cimeira Sindical numa data próxima da realização da VI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo (Madrid, Maio de 2010) para que a intervenção sindical possa ter uma maior visibilidade e efectividade junto dos presidentes.

Com o apoio dos sindicatos espanhóis, procurar-se-á obter uma forma de financiar a Cimeira Sindical, para que esta possa ser organizada de uma forma autónoma pela CSI, CSA e CES. Procuraremos reunir o maior número possível de sindicalistas, designados pelos sindicatos respectivos. A CES procurará obter apoio económico comunitário para a organização da Cimeira Sindical (à semelhança do que já se verifica, por exemplo, com o encontro das ONG).

3. Promoção do emprego e dos direitos laborais

A Cimeira de Chefes de Estado comprometeu-se, entre outros pontos, a trabalhar conjuntamente nas seguintes áreas:

→ Promover a criação do trabalho digno, o aumento do emprego e o estabelecimento de programas de formação laboral.

→ Destinar os meios necessários para fortalecer ou, sempre que necessário, promover reformas dos sistemas de protecção social.

→ Estimular a participação das autoridades competentes e de todos os actores relevantes, entre os quais a sociedade civil, em redes ALC-UE para a transferência de conhecimentos e para o intercâmbio de informação em matéria de políticas sociais.

→ Desenvolver políticas laborais e de emprego mais efectivas, através do diálogo social e da cooperação entre governos, empregadores e trabalhadores, bem como a implementação da responsabilidade social das empresas e o respeito dos direitos dos trabalhadores, incluindo o direito à

negociação colectiva, como forma de gerar trabalho decente, digno e produtivo para todos.

→ Fortalecimento de programas de formação para actores políticos e sociais.

A CES e a CSA solicitarão a realização de reuniões com a UE e os governos latinoamericanos para serem informadas sobre o modo de implementação das orientações previamente referidas, o tipo de participação sindical nos programas prometidos ou noutros a serem propostos pelos sindicatos como, por exemplo, sobre o diálogo social.

4. Coesão social

Tanto na reunião de Bruxelas como nas de Lima foi reafirmada a necessidade dos sindicatos elaborarem propostas para a coesão social na ALC, bem como de analisarem as formas como a UE poderá contribuir para o desenvolvimento dos países parceiros na ALC, através de um mecanismo de compensação.

Também na Cimeira de Chefes de Estado esta questão foi mencionada (pela primeira vez) ao falar-se do *novo mandato externo do Banco Europeu de Investimentos como uma oportunidade para aumentar o investimento para atingir o máximo benefício da região ALC*.

Dando cumprimento à orientação dada pela Cimeira Sindical, a CSA e a CES, realizaram nos dias 21 e 22 Novembro 2008, no âmbito de um seminário organizado pela Fundação Alternativas de Espanha, CCOO e UGT, uma primeira discussão sobre esta matéria tendo como ponto de partida um documento realizado pela Fundação Alternativas. O resultado deste trabalho poderá vir a ser a elaboração de uma proposta sindical para a aplicação de uma política de coesão na América Latina, baseada na experiência europeia dos fundos estruturais e de coesão.

Foram acordadas diversas iniciativas relativamente a esta matéria, como a preparação de um documento de proposta sindical CES-CSA a ser aprovado posteriormente pelas duas organizações. A CSA elaborará uma proposta, que será apresentada e discutida com a CES num próximo encontro.

5. Empresas Multinacionais

Relativamente às empresas multinacionais a Cimeira Sindical reivindicava:

→ o compromisso de respeitar as Directrizes da OCDE sobre Empresas Multinacionais, a Declaração

Tripartida da OIT sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social, o Protocolo de Quioto e outros acordos multilaterais sobre o meio ambiente, e as convenções sobre direitos humanos em geral.

→ a inclusão de experiências de acordos quadro internacionais entre federações sindicais internacionais e empresas transnacionais com sede europeia e filiais na América Latina-Caraíbas.

A CES e a CSA dialogarão com as federações sectoriais europeias e internacionais no sentido de cooperarem no estabelecimento ou no reforço da coordenação entre os trabalhadores das empresas multinacionais estabelecidas na ALC, tendo como referência o Livro Verde europeu. Serão ainda tomadas em consideração as experiências dos Comitês Europeus de Empresa.

6. Migrações

À semelhança do verificado em ocasiões anteriores, a última Cimeira Sindical abordou a questão dos direitos dos trabalhadores. Por seu lado, a Cimeira governamental dizia:

Consideramos que é fundamental assegurar o gozo e a protecção efectiva dos direitos humanos para todo os migrantes. Com base no princípio da responsabilidade partilhada, desenvolveremos uma perspectiva integrada da migração internacional, incluindo a gestão ordenada dos fluxos migratórios, com especial ênfase para os benefícios mútuos para os países de origem e de destino, e promovendo o reconhecimento e a tomada de consciência pública sobre a importante contribuição económica e social dada às sociedades dos países de acolhimento pelos trabalhadores migrantes. Sublinhamos a importância de lutar contra o racismo, a discriminação, a xenofobia e outras formas de intolerância.

Independentemente desta declaração, poucos meses mais tarde foi aprovada pela UE a denominada “directiva de retorno”, contradizendo a própria declaração e, nalguns pontos, tornando mais vulneráveis os direitos humanos dos migrantes. A CES expressou o seu desacordo relativamente a esta directiva europeia.

A CES e as suas organizações filiadas exercerão pressão junto dos governos e parlamentos respectivos para que, no processo de transposição da directiva, os aspectos mais negativos não sejam integrados nas legislações nacionais. De forma conjunta, serão exploradas novas políticas comuns

que respeitem o princípio da garantia dos direitos sociais e laborais de todas e todos os trabalhadores migrantes, independentemente do local onde desenvolvam a sua actividade; mecanismos adequados para a circulação das remessas, bem como políticas comuns que garantam o direito de não emigrar.

7. Acordo de Associação

No seguimento das negociações UE-América Central e UE-Comunidade Andina, partilhamos as preocupações expressas pelos comunicados da CES, da CSA e das suas organizações sub-regionais, uma vez que não está a ser respeitada a reivindicação sindical relativa à não transformação dos AA em meros tratados de comércio livre ou à inclusão de garantias relativas aos direitos sócio-laborais. Há ainda a acrescentar que se desrespeitou o quadro inicial para a negociação de um acordo UE-Comunidade Andina (facto que viola a decisão tomada na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo de Lima), uma vez que o mesmo se encontra transformado numa negociação entre a UE e o Peru, Colômbia e Equador. Isto significa uma renúncia ao princípio de fortalecimento dos processos de integração, dos quais a Comunidade Andina era um exemplo.

A VI Cimeira Sindical analisará o resultado das negociações dos Acordos de Associação e tomará uma posição sobre os mesmos.

8. Mercosul

Perante o previsível fracasso da Ronda de Doha, é muito provável que sejam retomadas as negociações UE-Mercosul, suspensas desde 2004.

A CES-CCSCS-CTCS decidiram de imediato actualizar a sua proposta de Capítulo Socio-laboral, introduzindo no mesmo algumas alterações que têm em consideração a nova situação.

Relativamente a este capítulo, exigiremos, da parte dos negociadores, a manutenção de todos os pontos que já tinham sido aceites pelas equipas de negociação, como é o caso do Comité Mixto, a aplicação das convenções fundamentais da OIT e o reconhecimento do Fórum Laboral.

Para o movimento sindical, tanto nas negociações UE-Mercosul, como nas negociações com a CAN ou AC, o capítulo socio-laboral é muito importante, apesar de a avaliação sindical de um eventual acordo depender igualmente de outros aspectos,

como o tratamento das assimetrias e o equilíbrio comercial.

9. Comunidade Andina

A CES e a Coordenadora Sindical Andina elaboraram uma Declaração conjunta abordando os pontos essenciais. Acordaram na necessidade de elaborar uma segunda declaração mais detalhada, mas este objectivo ainda não foi concretizado.

A situação interna da CAN conduzirá a uma quase inevitável ruptura nas negociações UE-CAN, confirmada pelas posições tomadas pela Colômbia e pelo Perú, que solicitaram a abertura de negociações individuais.

A CES continuará insistindo junto da UE para que não altere a sua posição de negociação por bloco regional. Caso isto não aconteça, estar-se-á a desrespeitar um dos objectivos políticos do acordo que é justamente o fortalecimento da integração andina.

10. América Central

As negociações estão mais avançadas neste caso, quando comparadas com os outros dois processos.

A participação da sociedade civil está longe de ser uma realidade. As denominadas “salas ao lado” não são um método aceitável, uma vez que se restringem à mera informação, não havendo qualquer tipo de consulta. O Conselho Consultivo do SICA e o CESE da UE consideram que não estão a ser devidamente consultados.

Após uma primeira declaração Comum CES-CSACC-CST foi elaborado e apresentado um Capítulo Social. As organizações sindicais centroamericanas CSACC e CCT e a CES já realizaram vários encontros com os negociadores, tendo apresentado as suas propostas nestas ocasiões.

A CES recebeu uma carta da Comissão Europeia, da parte da Comissária Ferrero Wadner, agradecendo a contribuição apresentada relativamente ao Capítulo Social da América Central afirmando, ao mesmo tempo, estar de acordo com a proposta sindical de incluir as convenções da OIT bem como um comité de seguimento dos acordos.

A CES, a CSACC e a CCT, deverão continuar a insistir na necessidade de as negociações terem como conclusão um acordo justo no que diz respeito às questões comerciais, incluindo ainda garantias claras relativamente à liberdade sindical, sob ameaça constante nesta região.

11. Caraíbas

Foi assinado um novo Acordo de Associação Económica (AAE) entre a Comunidade das Caraíbas (CARICOM) e República Dominicana, por um lado, e a União Europeia (UE), por outro.

A Cimeira Sindical avaliou de uma forma muito positiva a inclusão de um Capítulo Social neste acordo entre os países das Caraíbas e a UE, bem como o compromisso relativamente à formação e ao desenvolvimento de competências dos actores não governamentais.

A CSA criará as condições necessárias para que se inicie um processo de coordenação entre as organizações sindicais caribenhas e a CES para a implementação do referido capítulo.

12. México

Para além do Acordo de Associação em vigor desde o ano 2000, a Comissão Europeia propôs a criação de uma Associação Estratégica com o México com o objectivo de melhorar as relações bilaterais e o diálogo e a coordenação entre a UE e o México relativamente a assuntos globais, regionais e bilaterais. Após a longa crise política mexicana, parece estarem criadas as condições para que seja reactivado o projecto de criação de um Conselho Económico e Social Mexicano que possa funcionar como parceiro do CESE da UE.

Celebrou-se na Cidade do México, no dia 29 de Outubro, o 3º Encontro Sindical UE-México. Foi aprovada uma Declaração Sindical conjunta entre os principais sindicatos mexicanos e a Confederação Europeia de Sindicatos. A CSA participou igualmente no encontro. A Declaração reitera a necessidade de revisão do Acordo Global para que o mesmo possa incluir temas sociais ignorados na altura da assinatura do mesmo.

A declaração conjunta foi apresentada e defendida por sindicalistas europeus e mexicanos durante o Forum de Diálogo entre a Sociedade Civil de México e da UE, organizado pela Comissão Europeia e o governo mexicano nos dias 13 e 14 de Novembro, em Bruxelas. Este documento foi considerado pelos organizadores como sendo muito importante e muitas das suas conclusões foram incluídas nas recomendações aprovadas pelo Forum e enviadas às autoridades.

Os sindicatos mexicanos e a CES elaborarão uma proposta de Protocolo socio-laboral a apresentar ao órgão responsável pela gestão do Acordo de Associação.

13. Chile

A CES e as centrais chilenas filiadas na CSA tomarão iniciativas conjuntas para denunciar a falta de cumprimento do Acordo de Associação, assinado entre o Chile e a UE em 2000, particularmente no que diz respeito ao incumprimento na criação do Conselho Económico e Social chileno. Durante a reunião entre a CSA e a CES celebrada em Madrid, o representante da CUT do Chile e a CES discutiram sobre datas possíveis para um encontro no Chile.

14. Comunidade Iberoamericana

A CSA, juntamente com os sindicatos espanhóis e portugueses faz o seguimento dos acordos entre os países. A CES é informada sobre as decisões tomadas.

A Cimeira Sindical UE-ALC avaliou de uma forma muito positiva a assinatura da Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social durante a XVII Cimeira Iberoamericana, permitindo aos trabalhadores migrantes usufruir, nos seus países de origem, dos benefícios gerados pelo seu trabalho nos países de acolhimento. Foi lançado um apelo no sentido de esta convenção ser aplicada de uma forma célere e eficaz, ao mesmo tempo que se propôs que outros países da UE sigam o mesmo princípio.

A CES trabalhará no sentido de outros países europeus assinarem acordos semelhantes.

15. Coordenação CSA-CES

A CSA e a CES colaborarão de uma forma estreita no seguimento sindical das relações entre a UE e a América Latina.

Para que esse objectivo seja atingido, estabelecerão uma coordenação permanente e os respectivos secretariados reunir-se-ão duas vezes por ano para avaliar as relações e tomar iniciativas conjuntas.

A CSA e a CES associarão aos seus trabalhos as centrais sindicais nacionais filiadas nas duas organizações, bem como as instituições (como a Actrav/OIT) e fundações que apoiem o trabalho dos sindicatos na América Latina.

A coordenação sindical CSA-CES é estabelecida no âmbito da política da CSI e em contacto estreito com a sua direcção.

Durante a próxima Cimeira Sindical Ibero-Americana (Novembro de 2009 em Lisboa), a CES e CSA avaliarão as actividades do presente Programa de Trabalho.

IV CIMEIRA SINDICAL UNIÃO EUROPEIA – AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS

DECLARAÇÃO

Lima, 16 Abril 2008

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES), a Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) e a Confederação Sindical Internacional (CSI), e outras centrais sindicais nacionais, realizaram a IV Cimeira Sindical União Europeia-América Latina e Caraíbas, tendo aprovado a presente declaração. Esta declaração será enviada à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia, América Latina e Caraíbas, que terá lugar no próximo mês de Maio, nesta mesma cidade de Lima¹.

Depois da realização da Cimeira de Viena, em 2006, o sindicalismo internacional deu passos muito importantes no sentido da unidade, com a criação da CSI, que conta com 311 organizações e 168 milhões de trabalhadores filiados. A CSA faz parte da CSI.

A presente Cimeira Sindical deve ser considerada como uma das iniciativas oficiais prévias à Cimeira de Chefes de Estado e de Governo e a presente Declaração deve ser tomada em consideração nas conclusões da Cimeira do próximo mês de Maio. Tendo em conta as nossas responsabilidades neste processo, comprometemo-nos a realizar um seguimento dos compromissos assumidos e, para que isso seja possível, exigimos a nossa participação efectiva no processo.

I. Reforço da integração regional

Os sindicatos europeus, latino-americanos e das Caraíbas apostam no reforço dos processos de integração sub-regional e, para isso, esperam que o Mercosul, a Comunidade Andina (CAN), o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e a Comunidade das Caraíbas (CARIFORUM/CARICOM) se dotem de instituições eficazes e democráticas, verdadeiramente representativas dos cidadãos dos países membros. Desejamos igualmente que estes processos de integração estabeleçam relações entre si e que avancem no sentido de uma integração mais ampla, saudando por isso as iniciativas já lançadas, como é o caso da União das

¹ Esta declaração será igualmente enviada às cimeiras bilaterais UE-Mercosul, UE-CAN e UE-América Central

Nações Sul-Americanas (UNASUR) e a Associação dos Estados das Caraíbas (AEC).

O processo de integração da Europa tem conhecido progressos importantes desde que foi criado. A prova mais recente é representada pelos sucessivos alargamentos e pela aprovação de um novo Tratado, que inclui uma Carta dos Direitos Fundamentais. A União Europeia tem de continuar a trabalhar no sentido de ultrapassar a sua fraqueza política e estabelecer uma política externa própria para poder fazer face, com outras regiões do mundo e nomeadamente a América Latina e as Caraíbas, aos desafios comuns impostos pela globalização.

Neste sentido, reiteramos o nosso apoio ao estabelecimento de uma Associação Estratégica Bi-Regional, decidida pela Cimeira do Rio, em 1999.

Reclamamos, em particular, que os processos de integração garantam que os direitos humanos e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras sejam respeitados em todos os Estados e que cesse a impunidade que ainda subsiste em certos países, garantindo os direitos plenos e totais à liberdade sindical, à negociação colectiva e ao direito de greve. Estes direitos devem ainda ser protegidos a nível supranacional, nomeadamente no que diz respeito ao comportamento das empresas multinacionais.

Apoiamos integralmente o apelo lançado pela CSI, para que no dia 7 de Outubro 2008 se celebre o Dia Mundial de Acção pelo Trabalho Digno.

II. A negociação dos Acordos de Associação

II.1 Os mandatos de negociação

Os Acordos de Associação (AA) actualmente a serem negociados entre a União Europeia e o Mercosul, a Comunidade Andina e a América Central incluem um capítulo relativo ao comércio livre que ocupa um lugar central. Este capítulo baseia-se na liberalização de bens e serviços e inclui ainda outros elementos que vão para além dos acordos da OMC : por exemplo, sobre os pagamentos correntes e movimentos de capitais, mercados públicos, incluindo os mercados da água, energia e transportes. Os AA promovem a ideia de que os países latino-americanos acordem às empresas transnacionais europeias um tratamento não menos favorável do que o que é acordado às empresas nacionais, incluindo as situações em que estes países teriam acordos com um país terceiro.

Por outro lado, os mandatos de negociação incluem aspectos positivos no domínio da produção, da coesão social e do trabalho. Em geral e em comparação com outros tratados, diferenciam-se pela negociação por bloco e pela inclusão dos pilares de diálogo político e de cooperação.

No que diz respeito a estes mandatos, estamos particularmente preocupados com a concepção neoliberal do livre comércio anteriormente mencionada e à qual nos opomos por considerarmos que vai numa direcção contrária ao tipo de integração que defendemos.

Por outro lado, consideramos que a concepção dos mandatos de negociação sobre as dimensões da coesão social, do social e do trabalho ou da participação apresentam défices muito claros:

→ Em matéria de coesão social, não existe qualquer referência a instrumentos, como por exemplo os fundos estruturais

→ No que diz respeito ao tratamento das assimetrias, o texto é auto-limitativo uma vez que afirma que « todas estas disposições serão reduzidas ao mínimo» e que « isso será tido em consideração se se considerar necessário, reduzindo ao mínimo a diferenciação de compromissos entre países»

→ As estruturas de participação da sociedade civil não são mencionadas de uma forma explícita

→ O pilar social e de trabalho não consta do texto e esta dimensão é maioritariamente introduzida no capítulo de cooperação de uma forma limitada.

Caso a referência seja o « capítulo social » do recente Acordo de Associação entre a UE e a África do Sul, os conteúdos são muito básicos

→ A questão das migrações não foi tomada em consideração apesar de se revestir de uma importância indubitável para os dois blocos

→ O tratamento das alterações climáticas não faz parte dos textos

→ Não está prevista a necessidade de analisar o impacto do acordo nas suas vertentes económica, comercial, social e ambiental, tanto no momento da sua negociação como aquando da sua aplicação.

Consideramos que o desenvolvimento sustentado e o respeito pelos processos de integração sub-regionais já existentes devem constituir um dos objectivos dos AA e não serem simplesmente mencionados. Estes acordos devem ser mencionados de uma forma explícita nos diferentes capítulos

Consideramos que um acordo que tenha em conta os aspectos sociais e ambientais constitui uma

condição necessária que não garante, por si só, a existência do comércio justo a que aspiramos. Os AA devem ainda, de uma forma sistemática e transversal, incluir uma perspectiva de género, aplicando os consensos existentes ao nível dos fora mundiais para garantir os direitos e o papel das mulheres na sociedade.

II.2 Dimensão comercial

O critério chave a utilizar é o do comércio justo, no seguimento das propostas apresentadas pelos países em desenvolvimento nas actuais negociações do ciclo de Doha da OMC. Este critério baseia-se no princípio da reciprocidade que não seja total bem como em níveis de taxas aduaneiras correspondentes aos níveis de desenvolvimento dos países ou ainda na não aceitação de trocas de concessões entre sectores (agrícola, industrial e de serviços).

Os AA devem reconhecer de maneira explícita e em todos os capítulos da negociação as grandes diferenças que separam a UE das regiões latino-americanas e das Caraíbas.

Os AA devem ter repercussões económicas directas positivas para ambas as partes sem condicionar nem afectar as necessárias estratégias de desenvolvimento produtivo que adoptem os países e as regiões da América Latina. Este aspecto encontra-se claramente explicitado na “Plataforma Social das Américas» (PLA – Plataforma Social das Américas) elaborada pelos sindicatos da região em 2005. De forma complementar, os acordos devem incluir cláusulas claras, mesuráveis e quantificáveis no que diz respeito às transferências de tecnologia.

No quadro das negociações por bloco, consideramos pertinente a inclusão de um tratamento especial, diferenciado e flexível de acordo com as necessidades e especificidades dos diferentes países. Um exemplo neste sentido é dado pelas garantias obtidas pela Bolívia nas suas negociações com a UE.

Os AA devem visar a solução pertinente do problema agrícola, o qual tem um grande impacto sobre as populações camponesas e indígenas da América Latina e das Caraíbas. O tema da agricultura está relacionado com questões mais vastas, tais como a utilização indiscriminada da terra, a actual crise alimentar mundial, o acesso à água, a utilização de produtos transgénicos e de pesticidas, a energia, as alterações climáticas, que são questões estreitamente ligadas entre si e que têm dimensões e soluções transversais.

Nas negociações com a região Andina e a América Central deve ser utilizada uma lógica SPG plus (em lugar da OMC plus), o que quer dizer que os AA devem ter como ponto de partida os benefícios comerciais dos países nos mercados comunitários devido ao Sistemas de Preferências Generalizadas, contrariamente à lógica que considera que, por serem unilaterais, estes benefícios devem ser rediscutidos.

II.3 A dimensão social e do trabalho

Os acordos devem incluir um « quarto pilar » relativo às questões sociais e do emprego, baseado no reconhecimento das normas sociais fundamentais e na eliminação do « dumping social ». A aplicação destas normas deve impedir às partes de encorajar o comércio e o investimento estrangeiro (incluindo nas zonas francas de produção industrial) através do alargamento ou da manutenção de vantagens concorrenciais ligadas à diminuição do nível de protecção previsto pela legislação social e laboral nacional, a sua anulação ou a sua não aplicação. O comportamento das empresas multinacionais e das empresas de subcontratação deve ser considerado no âmbito da sua responsabilidade social e legal.

É necessário referir a aplicação plena e total dos direitos humanos em geral e dos direitos sociais em particular, tanto no sector público como no sector privado, incluindo mecanismos de seguimento e de aplicação eficazes, que garantam a sua aplicação sem qualquer restrição no domínio comercial. Devem ainda incluir-se sanções de ordem comercial ou económica efectivas e suficientemente elevadas para serem dissuasivas. Os rendimentos relativos à aplicação de eventuais sanções serão utilizados para melhorar as normas sociais e as condições de trabalho nos sectores e nos âmbitos onde tenham sido detectados problemas. Estes mecanismos devem fazer parte integrante do próprio acordo devendo igualmente dotar-se de instrumentos externos.

Para poderem exercer uma influência positiva, as relações entre a UE e a América Latina e as Caraíbas devem ter em conta certas situações nacionais dramáticas, relativamente à violação dos direitos humanos, incluindo direitos sindicais, na Colômbia, na Guatemala e noutros países. Devem ainda ser anuladas as leis que criminalizam os protestos e a acção sindical e social.

Deve estabelecer-se que os domínios social e do trabalho se regem pelas mesmas disposições quadro do AA para que as causas estipuladas neste

pilar passem a ter o mesmo tipo de tratamento relativamente às matérias relacionadas com a resolução de conflitos.

Os instrumentos específicos a este pilar devem ser :

- A referência explícita às normas da OIT (convenções e recomendações), estabelecendo, assim, um critério obrigatório. Estas normas são as oito normas fundamentais da Declaração de 1998, bem como outras consideradas como « prioritárias » pela OIT (C122 sobre a política de emprego, C81 e C129 sobre a inspecção do trabalho, C144 sobre a consulta tripartida), e ainda outras que gozam de um amplo apoio (C155 sobre a segurança e saúde dos trabalhadores, C102 sobre a segurança social, C103 sobre a protecção da maternidade, C135 sobre os representantes dos trabalhadores, C169 sobre as populações indígenas, R193 sobre a promoção das cooperativas, R195 sobre o desenvolvimento dos recursos humanos, R198 sobre a relação de trabalho). Devem igualmente ser incluídas as legislações nacionais mais avançadas de cada um dos blocos signatários bem como os instrumentos sub-regionais (por exemplo a Declaração Social do Mercosul – « *Declaración Sociolaboral del Mercosur* »). Sempre que as convenções não tenham sido ratificadas por determinados países na altura da assinatura do acordo, deve incluir-se um compromisso no sentido da sua ratificação rápida.
- O respeito pelos Princípios Directores da OCDE sobre as Empresas Multinacionais, a Declaração Tripartida da OIT sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social, o Protocolo de Quioto, bem como outros acordos multilaterais sobre o ambiente e as convenções sobre os Direitos do Homem em geral.
- A integração das experiências dos acordos quadro internacionais entre federações sindicais internacionais e empresas multinacionais cuja casa mãe se situe na Europa e que tenha filiais na América Latina e nas Caraíbas.
- O reconhecimento dos trabalhadores independentes não assalariados, através de políticas públicas que os apoiem na sua passagem para o sector formal.

II.4 Dimensão participativa

A experiência europeia em matéria de participação nas negociações tem partes positivas e partes negativas: as consultas realizadas a nível regional não podem verdadeiramente ser consideradas como tal dado que, em geral, não passam da apresentação de simples informações dadas em reuniões muito breves. Esta situação tem tendência para se repetir nas negociações com os países andinos e da América Central, onde é utilizado o modelo de

negociação de ‘antecâmara’, não reconhecendo o direito à consulta e limitando-se a dar uma informação unilateral. Relativamente aos acordos já assinados pela UE na região não existe qualquer tipo de estrutura de participação no acordo com o México, não tendo ainda sido criados nem o Conselho Económico e Social nem o Fórum Consultivo Misto previstos no acordo com o Chile. A negociação UE-Mercosul também se realiza num ambiente extremamente opaco neste domínio.

No que concerne os países da América Latina e das Caraíbas que estão a negociar AAs com a UE, a ausência de transparência quanto aos mandatos de negociação é mais do que evidente, uma vez que nem sequer são conhecidos.

O acordo de princípio assinado em 2004 entre negociadores europeus e representantes do Mercosul, relativamente à criação de um organismo conjunto de seguimento CESE-FCES, o reconhecimento do Forum Laboral entre as estruturas e a obrigação de aplicar as convenções fundamentais da OIT, no seguimento de um pedido apresentado pelas organizações sindicais, é do nosso ponto de vista um precedente positivo.

A CES e as organizações sindicais andinas e da América Central tiveram este modelo em conta e apresentaram propostas semelhantes relativamente à criação de um Comité Económico e Social, tendo como referência o conteúdo do Acordo de Diálogo Político e de Cooperação assinado em 2003, mas que ainda não foi ratificado.

O elemento participativo dos Acordos de Associação (AA) deve materializar-se através da transparência e da abertura ao sindicalismo e a outros sectores da sociedade civil organizada, através de :

- Comitês Consultivos Mistos para cada Acordo, formados pelos Comitês Económicos e Sociais ou seus equivalentes, e o CESE, garantindo ainda os recursos necessários para a sua participação efectiva no processo.

- Forum sobre o comércio e o desenvolvimento sustentado, que se reuna duas vezes por ano, para realizar consultas sobre as questões e os problemas sociais através de uma discussão pública entre as organizações de empregadores, de trabalhadores e de ONGs. Deverá ser claramente estipulado um equilíbrio entre estes três sectores representados nas referidas consultas.

Através destas estruturas ou de outras específicas devem ser criados mecanismos que permitam:

- A informação, a consulta e a participação durante as negociações, com acesso atempado aos projectos
- O seguimento e a avaliação da aplicação dos AA através da apresentação de relatórios periódicos sobre os progressos realizados na aplicação prática dos compromissos incluídos nos AA, tendo em consideração todos os aspectos inerentes à sua repercussão social e económica (incluindo o acesso a serviços públicos de qualidade) e a utilização de diversas políticas – entre outras das políticas relativas ao comércio – destinadas a contribuir para o desenvolvimento industrial.
- A apresentação pelas organizações de trabalhadores/trabalhadoras e de empregadores de ambos os lados, de contribuições relativamente aos problemas sociais observados, solicitando da parte dos governos acções que se traduzam num seguimento e numa revisão permanentes das cláusulas estipuladas, para evitar que os governos violem ou permitam violações dos direitos dos trabalhadores. Estas contribuições deverão ter um seguimento rápido e pertinente da parte de peritos independentes, qualificados, cujas recomendações deverão ser examinadas com a maior brevidade para facilitar a sua resolução pela parte dos governos.
- A participação na avaliação dos impactos dos acordos sobre as três dimensões do desenvolvimento sustentado, a realizar antes da assinatura e na fase de implementação mesmos.

III. Coesão social e desenvolvimento sustentado

Os Acordos de Associação devem incluir medidas que promovam a coesão e a justiça social, que reduzam os seus eventuais efeitos negativos em matéria de pobreza, de precariedade e do carácter informal do trabalho, de movimentos migratórios, e que contribuam para desenvolver o trabalho digno promovido pela OIT como factor essencial da coesão social.

São necessários mecanismos correctores das assimetrias entre as duas regiões, com base na experiência europeia dos fundos estruturais de coesão e de solidariedade.

Esta medida encontrava-se já presente na Cimeira de Guadalajara, graças ao programa Eurosocial, e que deveria ser completada por novos programas dotados de recursos financeiros mais importantes. Estes mecanismos deveriam ser financiados pela UE (por exemplo, pelo Banco Europeu de

Investimentos) e pelos países que são os principais beneficiários do comércio e dos investimentos. A participação dos sectores sociais deve ser tomada em consideração aquando da elaboração e aplicação dos referidos instrumentos.

A questão migratória deve ser reconhecida como um elemento relacionado com o desenvolvimento sustentado, nomeadamente no que diz respeito ao direito de não emigrar, e figurar de forma transversal nos acordos de associação, através da sua inclusão no diálogo político, no capítulo social e do trabalho, para garantir os direitos dos migrantes nos seus países de origem, e no capítulo comercial, relativamente ao tratamento adequado do envio das remessas de dinheiro.

Conscientes de que a Europa é cada vez mais uma região de imigração económica, consideramos que a UE deve contribuir com acordos e programas que facilitem a emigração legal, a inserção económica, social e cultural dos emigrantes, assegurando ainda a garantia total dos direitos do trabalho, sindicais, sociais e civis dos emigrantes e suas famílias.

No âmbito dos laços históricos que unem as duas regiões, consideramos ainda que é necessária uma política de emigração pró-activa e completa, assente em regras de admissão e de residência precisas, respeitadoras da dignidade da pessoa humana. Tal política deve ainda basear-se no quadro referente aos direitos dos emigrantes das Convenções das Nações Unidas (Convenção Internacional das Nações Unidas relativa à protecção dos direitos de todos os trabalhadores e dos membros das suas famílias) e das Convenções da OIT (87, 143 e 157).

Saudamos ainda a Convenção Multilateral Ibero-Americana de segurança social assinada por ocasião da XVII Cimeira Ibero-Americana, e cujo objectivo é de assegurar aos trabalhadores emigrantes o direito de usufruírem, nos seus países de origem, dos direitos gerados pelo seu trabalho no país de acolhimento. Apelamos a uma implementação rápida e eficaz desta Convenção e esperamos que outros países da UE sigam o mesmo princípio.

Exprimimos a nossa rejeição total por todas as formas de tráfico de seres humanos, nomeadamente no que diz respeito às mulheres e às crianças. Alertamos para a feminização crescente da emigração, representando as mulheres metade do número total de emigrantes, correndo riscos muito

grandes por ocasião das suas deslocações para outros países

Condenamos a construção, pelos Estados Unidos, de um muro na fronteira com o México, facto que constitui, do nosso ponto de vista, um problema para o conjunto da região.

Solicitamos a participação das organizações da sociedade civil na concepção das políticas públicas em matéria de emigração. Os sindicatos, em particular, devem participar na definição das matérias relacionadas com a inserção social, bem como em todos os aspectos relacionados com a formação e o emprego, tanto nos países de origem como nos países de acolhimento.

IV. Alterações climáticas

O actual modelo de desenvolvimento é socialmente injusto e ecologicamente insustentável.

O desenvolvimento sustentado exige a protecção do ambiente. A criação de empregos decentes e ecologicamente responsáveis representa a única via que permitirá garantir os meios de existência de milhões de trabalhadoras e de trabalhadores.

Tal como demonstram claramente os relatórios do Grupo de Peritos intergovernamental sobre a evolução do clima (GIEC), actualmente os países da América Central e das Caraíbas sofrem muito devido ao agravamento das alterações climáticas, implicando consequências negativas para as populações, contribuindo de forma muito significativa para a pobreza e para o défice de coesão social, para além de continuar a alimentar uma grande parte dos movimentos migratórios.

Uma grande parte da degradação do meio ambiente resulta da acção humana e particularmente da acção das empresas, nomeadamente de multinacionais. Dada a importância destes recursos para o desenvolvimento sustentado, recomendamos que as organizações da sociedade civil – e nomeadamente os sindicatos – sejam mais implicados nos programas de desenvolvimento da utilização responsável dos recursos e defendemos a existência de mais programas de cooperação e de intercâmbio de boas práticas sobre a utilização destes recursos para o bem das comunidades que os possuem, sem prejudicar o meio ambiente.

A cooperação na área das alterações climáticas deve permitir que se relacione de uma forma

duradoura a salvaguarda do ambiente, o crescimento económico e a criação de empregos dignos.

Apelo aos Chefes de Estado e de Governo da América Latina, das Caraíbas e da União Europeia

→ Pedimos à Cimeira de Chefes de Estado e de governo que tome iniciativas políticas que visem reforçar os processos de integração regional e sub-regional;

→ Queremos que a Associação bi-regional UE/ALC se baseie em critérios de equidade e de equilíbrio entre as duas regiões; para que isso seja possível, é indispensável que sejam lançadas acções que permitam a correcção das assimetrias;

→ Exigimos que os AA não assentem em critérios neo-liberais de comércio livre, mas sim nos princípios do comércio justo;

→ Os AA não devem limitar-se aos aspectos comerciais; devem também ter em consideração, e de uma forma integral, o diálogo político, a cooperação e a dimensão social, fundamentos da Associação;

→ A Cimeira Sindical pede à UE, à Comunidade Andina das Nações, ao Mercosul e à América Central, que criem mecanismos de consulta e de participação efectiva (que vão para além da simples informação pontual) da sociedade civil e nomeadamente dos sindicatos, tanto na fase de negociação como no seguimento dos acordos eventuais;

→ Reclamamos o reconhecimento específico das organizações sindicais e a criação de mecanismos específicos, à semelhança do já verificado com o Fórum sindical UE-Mercosul;

→ Exigimos a implementação, pelo governo do Chile, do conteúdo do AA, nomeadamente no que diz respeito à criação de um Comité económico e social e, em seguida, de um Comité misto entre este e o CESE da UE;

→ Convidamos o governo mexicano a criar um organismo de consulta semelhante no seu país;

→ Exigimos a aplicação efectiva do Capítulo Social incluído no acordo entre os países das Caraíbas e a UE, bem como o respeito do acordado relativamente à educação e à formação dos actores não estatais;

→ Reafirmamos a necessidade de um quarto pilar – ao lado dos do comércio, da cooperação e do diálogo político – que integre a dimensão social e sindical;

→ Exigimos que as empresas multinacionais sejam obrigadas a respeitar os mecanismos criados pela OIT e OCDE;

- Apelamos aos governos para que garantam o respeito pelos direitos humanos em todos os países e particularmente dos direitos sindicais e dos trabalhadores;
- Exigimos que seja levantada a impunidade de que gozam ainda nalguns países (ex. Colômbia ou Guatemala) aqueles que assassinam e perseguem sindicalistas ;
- Condenamos o bloqueio e o embargo económico contra Cuba e exigimos que os mesmos sejam levantados;
- Exigimos que a promoção da igualdade de género seja claramente incluída no conteúdo dos AA;
- Exigimos que os governos europeus ponham fim aos seus ataques contra o modelo social europeu, de forma a salvaguardar as conquistas dos trabalhadores europeus e para que este modelo possa servir de referência nos países parceiros da UE ;
- Exigimos aos governos da América Latina, Caraíbas e UE que integrem nas suas negociações os princípios do desenvolvimento sustentado e que transmitam este conceito às instituições de que são membros;
- Exigimos que os sindicatos participem na concepção das políticas públicas em matéria de migrações e que estas se baseiem no reconhecimento dos direitos sociais e civis dos emigrantes;
- Exigimos o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores independentes não assalariados;
- Condenamos a construção, pelos Estados Unidos, de um muro na fronteira com o México ;
- Lutamos contra as tendências xenófobas que surgem nalguns países da UE e igualmente nalguns países da América Latina e das Caraíbas, e exigimos que as autoridades nacionais ponham fim a todas as medidas discriminatórias.

PROPOSTA DE CAPÍTULO SOCIAL PARA UM ACORDO DE ASSOCIAÇÃO ENTRE A AMÉRICA CENTRAL E A UNIÃO EUROPEIA

CSACC¹-CCT²-CES

Abril 2008

I. Antecedentes

1. As organizações sindicais da América Central e da União Europeia, reconhecem a história de relações e cooperação entre estas duas regiões do mundo, remontando a sua origem ao ano de 1984 com o lançamento do Diálogo de San José. Não obstante, e apesar de mais de duas décadas de cooperação, os níveis de desenvolvimento e as assimetrias entre países, especialmente na América Central, são cada vez mais profundas. Para além disso, nas fases anteriores das relações de cooperação, a participação da sociedade civil e do movimento sindical em particular foi mínima, tanto na definição como na implementação das políticas e acordos.

2. Tendo em consideração o espírito do Acordo de Roma sobre Diálogo Político e Cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados Membros, por um lado, e as Repúblicas de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, por outro, assinado em Itália em 15 de Dezembro de 2003, consideramos prioritário aprofundar os conteúdos e os compromissos incluídos no Acordo, nomeadamente no que concerne o respeito pelos princípios democráticos e direitos humanos fundamentais, enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, o princípio do Estado de Direito, que inspira as políticas internas e internacionais das Partes; o compromisso de fomentar o desenvolvimento sustentado e contribuir para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e a adesão aos princípios do bom governo e da luta contra a impunidade (corrupção).

3. No mesmo sentido, a Declaração de Viena dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia e da América Latina e Caraíbas, aprovada em 12 de Maio de 2006, sobre o Fortalecimento da Associação Estratégica Bi-Regional, reafirma que a democracia é um valor universal baseado na vontade livremente expressa pelos povos relativamente à determinação do seu próprio sistema político, económico, social e cultural, bem como a participação plena em todos os aspectos da sua vida. Dessa forma, a democracia, o desenvolvi-

mento e o respeito de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais são interdependentes, reforçam-se mutuamente e constituem princípios básicos de toda e qualquer associação bi-regional.

4. Consideramos necessário reconhecer as condições das duas partes, tendo a União Europeia conseguido avanços comunitários importantes no sentido de superar as assimetrias entre países membros. Pelo contrário, a América Central é uma região que conhece grandes problemas de pobreza e de miséria. Dos 35 milhões de habitantes registados em 2005, cerca de 55% vive na pobreza, e 23% na pobreza extrema; estes níveis de pobreza extrema ou de indigência, vistos a partir dos países, atingem níveis excessivamente altos, que oscilam de 8.2% até 54.4%.

5. A pobreza manifesta-se através da falta de rendimentos, mas também na impossibilidade de ter acesso à terra, ao capital, ao crédito, à tecnologia, educação, serviços básicos de saúde, habitação, etc. A pobreza gera ainda, de uma forma permanente a fome, a má nutrição, graves problemas de saúde, aumento da mortalidade e potencia a discriminação e a exclusão social.

6. A pobreza, a desigualdade e a exclusão têm uma incidência forte na governabilidade, e tal como se disse em vários estudos, estes fenómenos também representam uma receita propícia à insegurança e à delinquência. É importante sublinhar que apesar dos processos de paz e da eleição de governos pela via democrática, as políticas neo-liberais conduziram a região a níveis extremos em matéria de desemprego, com uma População Económicamente Activa de 13 milhões de pessoas, onde as taxas de trabalho informal oscilam entre 42% e 59.7%, e cerca de 41% não conseguiu completar a educação básica. Esta situação põe em evidência a falta de progresso no sentido de se atingir o objectivo declarado nas Cimeiras de Chefes de Estado ALC-UE em prol do desenvolvimento e da coesão social na América Latina.

7. A região da América Central tem um enorme défice no que diz respeito ao cumprimento das convenções fundamentais da OIT (87 e 98), facto que constitui um obstáculo para o movimento sindical, na sua qualidade de parceiro social.

8. O movimento sindical, em representação de milhões de trabalhadores e trabalhadoras destes países e regiões, está consciente da lógica global imparável nas relações entre blocos de países. Mas

também tem consciência de que, com o estabelecimento destas relações, se excluiu, na prática, a maior parte dos sectores, apesar da vontade formal destes em participar.

9. Pelo exposto anteriormente e face às actuais negociações entre os países e estados da AC-UE, reiteramos a importância dos acordos anteriormente mencionados no que diz respeito aos aspectos relacionados com as condições socio-laborais das maiorias e expomos os objectivos centrais do movimento sindical de ambas as regiões aos representantes das equipas de negociação dos nossos países, para que sejam incluídos no processo e como condição essencial para assegurar uma verdadeira participação dos sectores sociais.

II. Sobre o tipo de Acordo de Associação e a participação sindical:

10. O Acordo de Associação AC-UE não deve ser entendido como um mero acordo de comércio livre. Deve ser um Acordo de Associação Económica, Política, Social e Cultural. Para isso, para além dos capítulos de diálogo político, de cooperação técnica e de trocas comerciais, deve conter um capítulo que inclua os direitos socio-laborais, as convenções sociais fundamentais da OIT, bem como a legislação mais avançada de cada um dos blocos signatários, constituindo, desta forma, um verdadeiro capítulo social.

11. Para além de regular a participação conjunta dos organismos de representação da sociedade civil (como os comités consultivos económicos e sociais), o Acordo deve reconhecer o papel activo das organizações de trabalhadores/as, tanto no que diz respeito à apresentação de propostas como na negociação e no seguimento do Acordo de Associação, incluindo os meios adequados para o exercício desses direitos.

III. Objectivos para atingir a integração política:

12. Coesão e superação das assimetrias:

13. Os Estados da América Central e da União Europeia devem assumir o compromisso de promover na América Central, enquanto região com maiores assimetrias, um modelo de desenvolvimento alternativo, sustentado, democrático, inclusivo, que potencie o crescimento dos seus povos e países e investir os recursos necessários para superar as assimetrias entre as duas regiões e

entre os países da América Central de forma mais específica.

14. Deve avançar-se no sentido da coesão e da superação das assimetrias, reconhecendo que a desigualdade social em si mesma é um obstáculo ao desenvolvimento e que a assimetria mais pronunciada e que constitui o maior obstáculo ao desenvolvimento económico e social é a pobreza. Nesse sentido, a coesão e a superação das assimetrias são condições para a integração com justiça, paz, democracia e desenvolvimento, devendo a eliminação da pobreza fazer parte da estratégia de crescimento e impulsionar as acções de ambas as regiões no âmbito do Acordo de Associação AC-UE.

15. Integração

16. Os Estados Centro Americanos devem trabalhar no sentido de consolidar o sistema de integração centro americana, como instrumento ao serviço do desenvolvimento. A União Europeia deve apoiar plenamente este processo de integração. Um processo que deve nascer por iniciativa dos povos e integrando-os no seu desenvolvimento; com políticas claras, mecanismos concretos com recursos específicos, que conduzam à superação de todas as desigualdades e exclusões entre países, sectores no interior dos países e grupos que, devido ao actual modelo, são particularmente vulneráveis. A celebração do Acordo de Associação AC-UE, deve garantir a reformulação da visão e estruturas de integração sub-regional a partir destes princípios; criar as instâncias e disponibilizar os recursos necessários ao seu funcionamento.

17. Neste sentido, deve garantir-se o exercício da cidadania, ou seja, a construção de uma cidadania na América Central que deve ser um complemento e uma síntese da cidadania nacional. Pretende criar-se uma tomada de consciência crescente em torno deste ideal e as instituições e mecanismos que permitam desenvolvê-la e convertê-la num eixo central da dinâmica de integração.

18. Promoção do emprego digno

19. Os Estados devem orientar as políticas nesta matéria de acordo com os princípios de que cada pessoa tem direito ao trabalho, à formação profissional, à livre escolha do seu trabalho, ao acesso a um serviço gratuito de colocação e à protecção contra o desemprego. As partes negociadoras devem comprometer-se a promover a elaboração de políticas destinadas à preservação do trabalho e à

promoção do emprego digno e dignificante, como factor de desenvolvimento da sociedade e meio para atingir uma repartição da riqueza melhor e mais justa.

20. Devem promover e tornar efectivas as políticas públicas que contribuam para que homens e mulheres na América Central possam ter um trabalho decente, dedicando recursos técnicos e financeiros para pôr em prática os acordos tripartidos assinados em 2006, em Tegucigalpa, nas Honduras. Toda a política de investimentos das empresas para esta região e a cooperação deverão ter como referência os objectivos destes acordos.

21. Segurança Social

22. O Acordo de Associação AC-UE, deverá contribuir para o fortalecimento dos sistemas de segurança social na região centro-americana e para que se melhore o acesso universal da população aos serviços sociais. Para que os trabalhadores e as trabalhadoras das duas regiões possam participar com igualdade de oportunidades nos processos produtivos, o Acordo de Associação deve ter como objectivo a aproximação dos níveis europeus das condições de higiene e de segurança social na América Central.

23. Nesse sentido devem ser estabelecidos mecanismos de apoio técnico e de cooperação entre as duas regiões, contribuindo para reformar os sistemas de segurança social. Relativamente a esta questão, devem ser acordadas e impostas fortes sanções económicas às empresas que não paguem as suas despesas sociais bem como aos Estados que não cumpram com a sua responsabilidade de evitar ou de sancionar a referida evasão.

24. Emigrantes e políticas migratórias

25. As duas partes devem assumir as migrações de contingentes de trabalhadores e trabalhadoras no seio da América Central e entre as duas regiões, como uma dimensão da progressiva universalização do sistema de relações internacionais, um aspecto vital dos processos de integração e de cooperação e que dá uma contribuição positiva para o desenvolvimento económico e social dos países de cada região e entre regiões. Devem consolidar-se mecanismos de concertação e de coordenação bi-regional de políticas e acções na área das migrações, com uma visão integral de toda a realidade humana, económica, cultural, produtiva, social que lhe está subjacente.

26. Diálogo social e participação

27. O diálogo social deverá ser aprofundado como forma de garantir a participação das organizações sindicais como interlocutores fundamentais e conseguir uma maior influência dos parceiros sociais na definição e adopção das políticas socio-económicas e de emprego tanto a nível nacional como regional.

28. A participação da sociedade civil deve ser reconhecida nas disposições institucionais do Acordo de Associação AC-UE e em todo o processo regional de integração, tornando obrigatória a sua consulta e participação nos processos de formulação de políticas e de aplicação de programas de cooperação que lhes digam respeito. Os governos devem reconhecer a participação da sociedade civil e esta, por sua vez, deve reconhecer a sua responsabilidade na construção de uma nova comunidade baseada na cooperação e na solidariedade.

29. Entre outros instrumentos muito mais específicos, deve estabelecer-se, no âmbito do Acordo de Associação AC-UE, a constituição de um Conselho Económico e Social Sub-regional da América Central, entidade de carácter tripartido, bem como a criação de outras instâncias similares que sejam necessárias. Devem ser criados os protocolos específicos para a sua criação e funcionamento e devem ser dotados os recursos necessários para que cumpram a sua função de uma forma efectiva. Este CESS em conjunto com o CESE da UE criará um Comité Consultivo Misto para o seguimento da aplicação do Acordo de Associação nos seus aspectos económicos e sociais.

30. Desenvolvimento humano sustentado

31. Em consonância com a Comissão Mundial do Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas, deverá promover-se o desenvolvimento humano sustentado como um tipo de desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente, sem pôr em perigo a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades.

32. Nesse sentido, as partes participantes no Acordo de Associação AC-UE promoverão todos os esforços para o estudo e utilização dos recursos naturais e na luta para que os países – em especial os países em desenvolvimento – exerçam um controle adequado sobre os seus próprios recursos naturais, considerando que o meio ambiente faz

parte integrante do desenvolvimento económico e social e que este não poderá ser atingido sem a preservação da base ecológica dos países.

33. Deverão incluir medidas concretas relativamente a temas como a desertificação, a protecção da camada do ozono, o aquecimento global e as alterações climáticas, a protecção da floresta, a utilização da água e da energia entre muitos outros temas. A América Central deverá converter-se num espaço para o desenvolvimento sustentado, onde o progresso socio-económico das populações não se faça com o prejuízo da natureza.

34. Perante a vulnerabilidade sócio-ambiental da América Central, qualquer Acordo de Cooperação ou Tratado Comercial deverá incluir políticas e medidas de desenvolvimento que tenham em conta factores sociais, políticos, económicos e ecológicos sempre que estejam em causa temas relacionados como a agricultura, a utilização da água e da saúde, a biodiversidade, água potável, fomentar a produção de energia limpa, protecção dos recursos hídricos e restauração dos ecossistemas, utilização sustentada da biodiversidade e dos recursos genéticos, redução do consumo de combustíveis e de substâncias poluentes, investigação e utilização de combustíveis alternativos, redução dos riscos relacionados com as alterações climáticas, o ambiente e a sua relação com a saúde humana, entre muitos outros. Em suma, trata-se de elaborar e de executar políticas para o desenvolvimento sustentado.

35. As partes signatárias do Acordo de Associação AC-UE devem comprometer-se em ratificar e respeitar as Convenções Internacionais existentes nesta matéria, incluídas nos regulamentos do Anexo III do Regulamento do SGP PLUS, Parte B. O incumprimento destas convenções acarretará sanções contra os países não cumpridores, levando à perda de benefícios económicos como os do GSP.

36. Objectivos sobre direitos humanos e sindicais

37. O Acordo de Associação AC-UE, deve incluir matérias relacionadas com as questões laborais e dos direitos humanos, para que seja coerente com uma verdadeira estratégia de desenvolvimento para a América Central, procurando a aproximação de ambas as regiões nestas matérias.

38. Os Estados participantes devem comprometer-se a procurar vias e mecanismos que acabem com a repressão, perseguição e destruição da persona-

lidade jurídica dos sindicatos na América Central, apresentando perante a justiça os culpados intelectuais e materiais dos assassinatos de sindicalistas e dirigentes sociais; a pôr fim às frequentes violações dos direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras e com as violações laborais instituídas juridicamente nalguns países e que prejudicam os direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras.

39. Direitos laborais

40. O direito laboral da América Central tem grandes diferenças quando comparado com o da União Europeia e apresenta carências múltiplas; prova disso são as constantes violações dos direitos laborais, em especial da liberdade sindical, e que são do conhecimento da comunidade regional e internacional.

41. Os Estados signatários devem incluir nas legislações nacionais a exigência de respeito pelos Direitos Fundamentais assumidos no âmbito da OIT. Estando em vigor o Sistema Geral de Preferências (GSP Plus), o Acordo de Associação AC-UE, deverá incluir os aspectos já previstos pelo regulamento deste sistema, nomeadamente o seu artigo 9, onde são estabelecidos os requisitos para que os países sejam candidatos a benefícios do regime espacial de estímulo do desenvolvimento sustentado e do bom governo. De uma forma mais clara, pretende-se que tenham ratificado e aplicado de uma forma efectiva as convenções indicadas no anexo III, Parte A desse regulamento, que anexamos a esta proposta (anexo único). O incumprimento destas Convenções deve implicar sanções aos países não cumpridores, com perda de benefícios económicos como os do GSP.

42. Liberdade Sindical

43. Os actos que atentem contra a liberdade sindical e as condutas contra os direitos humanos no trabalho devem ser considerados como delitos e perseguidos para evitar a impunidade. A acção judicial deve ser concluída no prazo mais breve possível, dado que a acontecer o contrário se estará perante uma situação de impunidade de facto, a qual é extremamente prejudicial para o exercício das actividades sindicais.

44. Os Estados signatários devem rever e alterar a legislação actual, no sentido de garantir o respeito pela livre filiação dos trabalhadores nas organizações sindicais, e destas organizações a

outras de grau superior, bem como a autonomia sindical; garantir o exercício da actividade sindical e dos seus fins principais, tais como a negociação colectiva e a greve como meio para a defesa e promoção dos interesses profissionais; para além disso, deve fortalecer-se o Foro sindical, que representa um complemento indispensável de todos os outros direitos sindicais, ao ser uma protecção contra todo e qualquer acto que possa prejudicar a actividade sindical, incluindo no mesmo todos os trabalhadores no exercício da sua actividade laboral e não só a dos dirigentes, bem como a proibição de práticas desleais e o respeito pelo denominado princípio de pureza sindical.

45. Estabelecer programas conjuntos de cooperação para que se estabeleçam medidas que eliminem as restrições, não só de carácter normativo, mas também de cultura sindical e empresarial, nas convenções colectivas em prol do aumento da produtividade e em benefício dos trabalhadores. Todos os Estados signatários do Acordo ficam obrigados a ratificar todas as convenções da Organização Internacional do Trabalho relativas à negociação colectiva, sob pena de ficarem excluídos do Tratado até que se conclua a ratificação.

46. Os Estados signatários devem reformar e uniformizar as suas legislações laborais, para que se garanta o exercício do direito de greve a todos os trabalhadores, tanto nos sectores público como privado.

47. Direitos dos Povos Indígenas

48. Os Estados signatários devem comprometer-se a criar equipas profissionais multidisciplinares, encarregues de elaborar as políticas públicas regionais tendentes a garantir o desenvolvimento humano integral destas populações, incluindo a educação e a deficiência, acompanhadas pela criação de emprego, respeitando os recursos naturais e a sua identidade cultural. Essas equipas devem incluir no seu seio de forma activa as diversas populações indígenas, na elaboração e planificação das suas políticas. Neste campo, a ajuda internacional, tanto a nível económico como com a facilitação de recursos humanos qualificados, desempenham um papel fundamental para atingir os objectivos propostos. O Acordo de Associação deve garantir que se respeitem os direitos cívicos e o património das populações indígenas no âmbito da Convenção 169 da OIT.

49. Pessoas portadoras de deficiência

50. Os Estados signatários comprometem-se a estabelecer as políticas adequadas para conseguir a integração das pessoas com capacidades diferentes no âmbito social, cultural, político, económico e laboral em igualdade de condições e a abrir os espaços de participação para que este sector da população apresente as suas necessidades e os seus problemas.

IV. Processos de controlo sobre o capítulo socio-laboral

As Partes devem estabelecer mecanismos para o respeito e cumprimento dos direitos humanos e sindicais, os quais terão por objectivo a promoção e zelar pelo cumprimento dos compromissos assumidos, mediante a cooperação entre as duas regiões.

Comissão Tripartida Bi-regional, América Central-União Europeia

51. Propomos a criação de uma Comissão Tripartida Bi-regional América Central-União Europeia, composta por nove membros com ampla experiência em direito do trabalho, designados por consenso pelo Conselho do futuro Acordo UE-América Central, com base numa lista a propor pelo sector empresarial, os Estados, o(a)s trabalhador(a)s e suas organizações.

52. Esta Comissão deverá elaborar um relatório semestral para avaliar o desenvolvimento do Capítulo Social do Acordo de Associação, elaborará recomendações para o seu cumprimento e será uma instância que avaliará o cumprimento dos direitos laborais enunciados neste Capítulo, bem como os conteúdos das diferentes Declarações de Direitos Humanos e instrumentos da OIT. O Conselho do Acordo de Associação poderá tomar medidas contra as empresas denunciadas por esta Comissão por incumprimento dos direitos laborais.

53. Cooperação técnica.

54. As partes devem estabelecer mecanismos de cooperação em matéria laboral e social, mediante a assessoria, troca de informação, bases de dados e observatórios, bem como para a elaboração de espaços web que permitam a publicação dos relatórios e das recomendações da Comissão Tripartida Bi-regional, funcionando como um elo de ligação entre estes organismos e a sociedade civil.

ANEXO ÚNICO

ANEXO III

Convenções a que se refere o artigo 9 do Regulamento do GSP

PARTE A

Convenções da ONU e da OIT relativas aos direitos humanos e dos trabalhadores

1. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
2. Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
3. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial
4. Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a mulher
5. Convenção para a prevenção da tortura e das penas ou tratamentos desumanos ou degradantes
6. Convenção sobre os Direitos da Criança
7. Convenção para a Prevenção e Sanção do Delito de Genocídio
8. Convenção sobre a idade mínima de admissão ao emprego (No 138)
9. Convenção sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e da acção imediata para a sua eliminação (No 182)
10. Convenção sobre a abolição do trabalho forçado (No 105)
11. Convenção sobre o trabalho forçado ou obrigatório (No 29)
12. Convenção relativa à igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina para um trabalho de valor igual (No 100)
13. Convenção relativa à discriminação em matéria de emprego e de ocupação (No 111)
14. Convenção sobre a liberdade sindical e a protecção do direito de associação sindical (No 87)
15. Convenção relativa à aplicação dos princípios de direito de sindicalização e de negociação colectiva (No 98)
16. Convenção Internacional sobre a Repressão e o Castigo do Crime de Apartheid

PARTE B

Convenções referentes ao meio ambiente e aos princípios de governo

17. Protocolo de Montreal relativo às substâncias que danificam a camada de ozono
18. Convenção da Basileia sobre o controle dos movimentos transfronteiriços dos resíduos perigosos e sua eliminação
19. Convenção de Estocolmo sobre contaminantes orgânicos persistentes

20. Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres
21. Convenção sobre a Diversidade Biológica
22. Protocolo de Cartagena sobre Segurança da Biotecnologia
23. Protocolo de Quioto da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas
24. Convenção única das Nações Unidas sobre estupefacientes (1961)
25. Convenção das Nações Unidas sobre substâncias psicotrópicas (1971)
26. Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (1988)
27. Convenção do México das Nações Unidas contra a corrupção

**CONFEDERAÇÃO EUROPEIA
DE SINDICATOS (CES)**

**CONFEDERAÇÃO SINDICAL
DE TRABALHADORES DAS
AMÉRICAS (CSA)**

**COMUNICADO DE
IMPrensa CONJUNTO
PELO
FORTALECIMENTO
DA CAN: NÃO ÀS
NEGOCIAÇÕES
BILATERAIS**

Expressamos a nossa preocupação face à decisão tomada pela União Europeia e pelos governos da Colômbia e do Peru em negociar acordos comerciais bilaterais, pondo desta forma fim ao projecto inicial de negociação de um Acordo de Associação entre os dois blocos formados pela UE a CAN, incluindo o diálogo político e a cooperação, para além de um capítulo comercial.

No que diz respeito à União Europeia, consideramos que o mandato de negociação dado pelo Conselho Europeu à Comissão não contempla esta possibilidade e, por essa razão, o Parlamento Europeu deverá ser novamente consultado. Pela parte andina, a decisão da Colômbia e do Peru põe em causa a solidariedade do bloco e põe em perigo a própria existência da CAN.

Perante as diferenças entre os quatro países do bloco andino relativamente aos conteúdos da negociação, pretende-se avançar unilateralmente através de um acordo de comércio livre, repetindo o que já aconteceu entre estes países e os EUA, tendo conduzido à actual crise em que se encontra mergulhada a CAN.

Entretanto, a União Europeia ao esvaziar a hipótese de um acordo de associação integral com a CAN (dado que no que diz respeito à cooperação e ao diálogo político existe já um outro acordo assinado em 2003), contradiz a sua estratégia, lançada na Cimeira do Rio de Janeiro em 1999 (e reiterada nas cimeiras seguintes) que consiste em alcançar associações políticas que fortaleçam os processos de integração e de coesão social na América Latina.

A CES e a CSA reafirmam a sua posição favorável ao fortalecimento da Comunidade Andina de Nações, (em risco de desagregação se se romperem as negociações em bloco) e a necessidade de que as negociações com a UE incluam o conjunto das relações entre as duas regiões: as trocas comerciais baseadas nos princípios do comércio justo, os aspectos de co-desenvolvimento, com programas para a correcção das assimetrias, a cooperação para o fortalecimento dos sistemas sociais e o diálogo político para a consolidação das insti-

tuições democráticas. Insistimos em particular na necessidade de introduzir um capítulo sobre o trabalho digno que inclua e verifique a aplicação dos direitos fundamentais dos trabalhadores, tal como se afirmou na Declaração assinada entre a CES e a Coordenadora de Centrais Sindicais Andinas (CCSA).

Consequentemente, apelamos à Comissão Europeia e às instituições e governos da Comunidade Andina para que reorientem as negociações no sentido de se chegar a um acordo de bloco e para que se renuncie às intenções de alcançar acordos bilaterais de comércio livre.

Madrid, 21 de Novembro de 2008

DECLARAÇÃO DO TERCEIRO ENCONTRO SINDICAL UNIÃO EUROPEIA - MÉXICO

*México, D.F. 29 de Outubro
de 2008*

O Terceiro Encontro Sindical UE-México realizou-se na Cidade do México, Distrito Federal, em 29 de Outubro de 2008, contando com a presença de representantes da Confederação Europeia de Sindicatos e de sindicatos nacionais do México, com o apoio da Confederação Sindical de Trabalhadores das Américas (CSA)¹.

Este Encontro Sindical teve lugar no âmbito do Terceiro Fórum de Diálogo entre as Sociedades Cívicas e as Instituições do Governo do México e da União Europeia. Os seus objectivos principais centraram-se na coordenação das propostas a apresentar ao Fórum, tanto pelo Grupo de Trabalhadores Mexicanos como pela Confederação Europeia de Sindicatos, na troca de opiniões e no aprofundamento dos respectivos programas de intercâmbio e de desenvolvimento.

Crise económica mundial

Os sindicatos do México e da União Europeia manifestam a sua preocupação perante aquela que se considera ser a maior e mais profunda crise da economia mundial.

As populações receiam as consequências negativas da situação financeira global. A experiência mostra que, em geral, os custos são suportados pelos mais desprotegidos e, em particular, pela classe trabalhadora.

No decorrer dos últimos vinte cinco anos assistimos ao aparecimento de um dogma económico que se alastrou às nossas regiões. Este dogma visa, sobretudo, o enfraquecimento do Estado e a instauração dominante das forças do mercado em todos os domínios sociais e políticos.

Perante uma crise de tal dimensão, os Estados estão pouco predispostos a apoiar as populações mais afectadas. Assistimos ao desmantelamento de um grande número de instituições que tornavam possível a solidariedade e a reconstrução do tecido

¹ A CSA e as centrais sindicais mexicanas CTM, UNT e CROC fazem parte da Confederação Sindical Internacional CSI. A Fundação Friederich Ebert-México colaborou na realização deste encontro sindical.

social que inevitavelmente se degrada em situações como a que estamos a viver actualmente.

Aproxima-se um momento crucial de definição perante esta crise do modelo dominante. O actual sistema multilateral foi posto em dúvida pelas próprias instituições que o promoviam, desde o Fundo Monetário Internacional ao Banco Mundial.

A magnitude da crise exige não só rapidez nas respostas mas também outro tipo de medidas que só podem ser encontradas no âmbito de um novo esquema geopolítico de desenvolvimento da economia mundial e na criação de uma nova hegemonia que sirva para promover o desenvolvimento pacífico do mundo.

Por essa razão, aderimos ao apelo lançado pelos governos das principais economias, no sentido de se alargarem as bases do actual multilateralismo e de se incluir nos actuais centros estratégicos de decisão as principais economias emergentes.

Para além disso, consideramos que os conteúdos dos acordos celebrados nas diferentes Cimeiras Mundiais das Nações Unidas, relacionados com os direitos económicos, sociais e culturais, a sustentabilidade e a coesão social, devem ser tomados em consideração no âmbito do novo multilateralismo.

A Cimeira do G8 foi convocada para o próximo mês de Novembro, tendo sido alargada a presença aos Chefes de Estado das economias emergentes. Pela parte da América Latina estarão presentes o Brasil e o México.

Acordo estratégico UE-México

Neste contexto, há apenas alguns dias, a União Europeia declarou o México como parceiro estratégico. Este novo passo nas relações entre as duas regiões deve ser considerado como uma oportunidade para iniciar um diálogo mais intenso e orientado para a construção da nova ordem geopolítica e económica que deverá resultar da actual crise, bem como para elaborar propostas conjuntas para apresentar às instâncias de decisão global.

Para além disso, esta nova condição deve ser utilizada para reconhecer as assimétricas existentes entre o México e a UE, definir as acções de cooperação pertinentes para que as mesmas possam ser reduzidas e, através dessa acção, desenvolver o potencial existente tanto no acordo global como na associação estratégica.

Os sindicatos mexicanos e europeus defendem a necessidade de um trabalho coordenado entre as respectivas instâncias, tendo em consideração as opiniões e propostas presentes nas nossas sociedades respectivas desde há muitos anos.

Os sindicatos já tiveram a oportunidade de apresentar muitas propostas para este processo.

Não permitiremos que as vítimas desta crise sejam, uma vez mais, as classes trabalhadoras e os mais desprotegidos nas nossas regiões respectivas. O sacrifício e o desmantelamento das estruturas de solidariedade social não pode ser a resposta irracional a uma situação que exige uma mudança fundamental de rumo. Também estaremos atentos para que as saídas para a crise não se revistam de um carácter anti-democrático ou conduzam a maiores níveis de exclusão.

Esta é uma grande oportunidade para que a União Europeia e o México cooperem no sentido da criação de um novo multilateralismo inclusivo, promotor de uma economia mundial portadora de futuro, sustentável, solidária, democrática, portadora de coesão social.

Esta acção deve conduzir à renovação das instituições de governo mundial, a uma nova ordem económica, a uma visão geopolítica de inclusão e de desenvolvimento partilhado, à diminuição da desigualdade local e global e, sobretudo, à criação de uma nova economia mundial assente nos princípios da sustentabilidade e da democracia.

Dimensão socio-laboral e participação

O novo quadro de relações estratégicas entre o México e a União Europeia deverá facilitar a revisão do actual Acordo Global, com o objectivo de desenvolver a cláusula democrática e introduzir as dimensões social e laboral actualmente ausentes.

Neste sentido, a criação de um Conselho Económico e Social mexicano e a participação das organizações sociais representa um requisito fundamental.

O Terceiro Encontro Sindical México-UE declara:

1) Retomar a agenda formulada pelas organizações sindicais mexicanas e europeias, estabelecida nos

seus encontros anteriores bem como através das conclusões da Quarta Cimeira Sindical América Latina-UE, com especial incidência para os seguintes pontos:

- Trabalho digno
- Dimensão socio-laboral dos Acordos
- Correção das assimetrias, coesão social e co-desenvolvimento
- Direitos humanos e fortalecimento do processo democrático e participativo
- Igualdade de género
- Protecção dos direitos dos imigrantes e luta contra a xenofobia
- Novo paradigma no modelo educativo.
- Alterações climáticas e sustentabilidade

2) Exigimos que a actual Associação Estratégica entre o México e a União Europeia e o Acordo Global incluam objectivos precisos e metas quantificáveis que reduzam as assimetrias, erradiquem a pobreza, a fome, a mortalidade e a má-nutrição infantil, o desemprego e as tendências para a precariedade laboral e para o desrespeito dos direitos e normas em matéria socio-laboral.

3) Os sindicatos mexicanos expressam a sua oposição às tendências para a precariedade no emprego toleradas pelo governo mexicano, particularmente a formalização de práticas como o “outsourcing” (sub-contratação). Somos contra a criação de empregos precários como resposta à crise de crescimento económico, bem como contra a existência de contratos colectivos, com o objectivo de proteger o lado patronal.

4) Propomos a utilização de instrumentos internacionais de actuação relativamente às empresas multinacionais, principalmente os Acordos-Quadro Internacionais e as Directrizes da OCDE. Consideramos ainda a necessidade de explorar os conteúdos e as potencialidades oferecidas pelos mecanismos de informação e de consulta dos Comitês de Empresa Europeus.

5) O novo governo mundial deverá ter em consideração os conteúdos dos Acordos das Cimeiras Mundiais da ONU, particularmente no que diz respeito aos direitos económicos, sociais e culturais, à sustentabilidade, à coesão social e à soberania alimentar.

6) Relativamente aos temas laborais, como o desenvolvimento do diálogo social no México, propomos a convocação de uma reunião bilateral empresários-sindicatos.

7) De igual forma, instamos os Governos para que se coordenem e cheguem a posições comuns relativamente à nova arquitectura de um governo mundial, dando uma prioridade fundamental à reorganização da ONU e dos seus organismos fundamentais, como o FMI, BM, OIT. O objectivo deve ser o de lançar as bases efectivas para um novo multilateralismo no seio da Organização das Nações Unidas, onde se contemple, cada vez mais, a voz e o parecer de todas as regiões. A ordem mundial exige que se caminhe no sentido de uma ampliação muito mais democrática dos mecanismos que permitem que sejam tomadas decisões.

8) Instamos os Governos do México e da União Europeia para que, no âmbito da Associação União Europeia e México se assumam a assimetria entre as duas regiões e as suas economias, para que o tratamento comercial e financeiro a dar ao México tenha em consideração essas grandes diferenças permitindo garantir que a cooperação estabeleça as acções compensatórias necessárias a esse fim.

9) Reiteramos a nossa petição para que seja incluído no Acordo, ou no Protocolo Anexo, um capítulo socio-laboral que garanta os direitos dos trabalhadores, partindo do quadro da Declaração de Direitos Fundamentais da OIT de 1998.

A CES e os sindicatos mexicanos pretendem que se lhes reconheça um papel no seguimento da aplicação destes direitos no âmbito do Acordo.

10) Relativamente aos direitos humanos dos povos indígenas exigimos o respeito sem restrições da convenção 169 da OIT.

11) As organizações representativas das trabalhadoras e trabalhadores do México e da UE reiteram o seu pedido para que seja aberto um debate e que se inicie uma ronda global que inclua as nossas economias e onde se assumam a nossa participação activa e comprometida, com o objectivo de criar uma nova ordem multilateral inclusiva, através do desenvolvimento social sustentado e solidário.

12) Reiteramos ainda a urgência na consolidação de esquemas e mecanismos de controlo da transferência de capitais dos países europeus para o México, para que seja garantida tanto a viabilidade produtiva como a sua inserção nos processos de desenvolvimento regional, que potenciem o emprego, garantindo o respeito total dos direitos laborais.

13) O México requere da União Europeia apoio destinado a aumentar a sua capacidade competitiva através de novos acordos de associação tecnológica, desenvolvimento da sua força de trabalho e de cooperação para a investigação científica, que garantam ao país capacidades para promover uma nova etapa de desenvolvimento interno com uma participação crescente no mercado mundial.

14) O México e a UE, enquanto signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, convenções de direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais, devem garantir o seu total cumprimento. Nesse sentido, exigimos o reconhecimento pleno dos direitos laborais dos trabalhadores, do campo e da cidade, como parte substantiva dos direitos humanos.

15) Reiteramos o nosso apoio aos acordos internacionais de defesa dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes e suas famílias, aos esforços que vão no sentido de adoptar medidas legislativas e acordos entre governos que garantam que os países de acolhimento reconheçam a totalidade dos seus direitos, respeitem a sua dignidade e a sua identidade cultural.

16) Hoje, mais do que nunca, a associação estratégica UE-México deve contribuir no México para a consolidação do processo de transição democrática. Nesse sentido, solicitamos que se continuem os trabalhos da Reforma do Estado, a erradicação da corrupção na esfera pública e das forças que procuram enfraquecer o Estado. Os sindicatos mexicanos intensificarão a sua luta pela aprovação de um Acordo de Governo Democrático. Apoiam o Diálogo Político a todos os níveis institucionais de ambas entidades e em especial a criação da Conferência Interparlamentar UE-México.

17) Reiteramos o pedido dos sindicatos mexicanos para que o Poder Legislativo aprove a iniciativa apresentada por um amplo grupo de organizações da sociedade civil, debatida e acordada por consenso no seio da Comissão para a reforma do estado do Poder Legislativo, para que se constitua o Conselho Económico e Social (CES), enquanto órgão descentralizado, autónomo e de interesse público de consulta obrigatória, com capacidade de iniciativa, cuja participação seja plural, democrática, inclusiva e de adesão voluntária, que fomenta e desenvolva o diálogo e a concertação na sociedade, com a plena participação dos repre-

sentantes dos trabalhadores, dos empresários e de outras organizações sociais e/ou civis. Solicitamos, pois, a rápida aprovação desta iniciativa em poder do Congresso Mexicano para a constituição do CES.

18) Logo que o CES do México esteja constituído deve ser estabelecido um Comité Consultivo Mixto com o CESE da UE, de acordo com o Artigo 49 do Acordo Global.

Enquanto não for criado o CES mexicano poderá funcionar uma comissão entre o CESE da UE e uma representação da sociedade civil mexicana.

19) Apoiamos a criação de um Observatório da Coesão Social que vigie e avalie, nas duas regiões, o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento social Acordo Global e de Associação Estratégica.

20) O Comité Conjunto México-União Europeia, na sua qualidade de órgão máximo de negociação e administração do Acordo de Associação, deve ser fortalecido através da participação dos representantes dos sindicatos, empresários e demais organizações da sociedade civil, devendo fazer o seguimento dos temas que sejam da sua competência.

21) A implementação de programas de cooperação é fundamental para levar à prática os diferentes artigos que o Acordo de Associação dedica à cooperação em todos os campos. Os sindicatos europeus e mexicanos passarão das boas intenções à prática, através de medidas de cooperação horizontal concretas em sectores específicos como as telecomunicações, energia, aeronáutico, automóvel, saúde, educação, e outros.

22) As Organizações Sindicais signatárias reiteram a abertura de canais de informação, consulta, avaliação, seguimento e participação efectiva da sociedade civil, sendo para isso necessários mecanismos permanentes, como os propostos nesta Declaração.

23) Com o objectivo de promover o diálogo social, no âmbito da presente Declaração, as organizações signatárias mantêm firme a intenção de aumentar as suas relações com os organismos empresariais e outras forças representativas da sociedade civil.

Realizado na Cidade do México, Distrito Federal, a 29 de Outubro de 2008.

CENTRAIS E CONFEDERAÇÕES	FEDERAÇÕES
<p>CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DE SINDICATOS (CES)</p> <p>UNIÃO NACIONAL DE TRABALHADORES (UNT)</p> <p>CONFEDERAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE TRABALHADORES E CAMPONESES (CROC)</p> <p>CONFEDERAÇÃO DE TRABALHADORES DO MÉXICO (CTM)</p> <p>CONFEDERAÇÃO REGIONAL DE OPERÁRIOS DO MÉXICO (CROM)</p>	<p>FEDERAÇÃO REGIONAL DE OPERÁRIOS DO MÉXICO (FROM)</p> <p>FEDERAÇÃO NACIONAL DE SINDICATOS UNIVERSITÁRIOS (FNSU)</p> <p>FEDERAÇÃO NACIONAL DE SINDICATOS BANCÁRIOS (FENASIB)</p> <p>FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (FEDESP)</p>

ACORDO DE PARCERIA ECONÓMICA (APE) ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E CARIFORUM

A UE e os países da região das Caraíbas (Cariforum) assinaram a 15 de Outubro de 2008 um Acordo de Parceria Económica (APE) que servirá para consolidar os laços entre as duas regiões e contribuirá para promover a integração regional das Caraíbas.

Os países membros do Cariforum são: Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Dominica, República Dominicana, Granada, Guiana, Haití, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristovão e Nevis, Suriname, e Trinidad e Tobago. Cuba também é membro do Cariforum, mas não participou nas negociações. O Haití participou nas negociações mas não assinou o Acordo devido às graves dificuldades com que se debate; manterá, no entanto, o acesso livre aos mercados europeus devido à sua condição de país menos desenvolvido.

Estas negociações derivam do Tratado de Cotonou para os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Para poderem negociar estes Acordos de Parceria Económica (APE) com a UE, os países ACP dividiram-se em grupos regionais: quatro em África, uma no Pacífico e outra nas Caraíbas, sendo o Cariforum a primeira região a concluir um Acordo com a União Europeia.

Segundo a Comissão Europeia, o APE com o Cariforum é o primeiro acordo comercial e de desenvolvimento Norte-Sul da economia mundial verdadeiramente completo. Inclui um pacote de medidas destinadas a estimular o comércio, o investimento e a inovação, com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentado, criar um mercado regional entre os países das Caraíbas e contribuir para eliminar a pobreza.

A Comissão Europeia assinala como mais relevantes do APE os seguintes aspectos:

- Oferece acesso directo aos mercados da UE para as exportações das Caraíbas;
- Permite que os mercados caribenhos se abram gradualmente com as salvaguardas adequadas para proteger o emprego local e os sectores sensíveis;
- Liberaliza o comércio no sector dos serviços para promover o crescimento e os investimentos;

promove a cooperação em programas inovadores;
→ Protege as normas do trabalho e do meio ambiente nas Caríbas;
→ Ajuda os exportadores caribenhos a respeitar e cumprir as normas internacionais e da UE.

No entanto, a avaliação do Acordo pelos sindicatos é menos optimista. A Confederação Sindical Internacional (CSI), num documento de análise do Acordo reconhece a existência de alguns elementos positivos, nomeadamente nos capítulos relativos ao desenvolvimento sustentado, ao capítulo social ou às disposições institucionais. Mas, segundo a análise da CSI, partilhada pela CES, existem outros aspectos que podem ter repercussões sociais e económicas negativas, sobretudo para os trabalhadores dos países em desenvolvimento do Cariforum.

Especialmente importante é a criação de um Conselho Consultivo Cariforum-União Europeia que, segundo o artigo 22 do Acordo, tem a tarefa de promover o diálogo e a cooperação entre os representantes de organizações da sociedade civil, incluindo a comunidade universitária e os parceiros económicos e sociais.

Entre os aspectos sociais do Acordo Cariforum-UE considerados positivos pela CSI e pela CES assinamos o compromisso de respeitar as convenções e as normas internacionais do trabalho em matéria de direitos sociais fundamentais, de emprego e trabalho digno, bem como o papel que é atribuído à OIT.

Também é de salientar a introdução de mecanismos de seguimento da aplicação destes compromissos, atribuída ao Comité Consultivo, que poderá apresentar recomendações sobre o conjunto dos aspectos económicos, sociais e relativos ao meio-ambiente para a aplicação do Acordo. Mas existem algumas ambiguidades sobre as possibilidades reais de intervenção social devido ao facto de o Acordo não ser claro relativamente a competências e recursos postos à disposição desses mecanismos de seguimento e particularmente no que diz respeito aos representantes dos trabalhadores.

O Comité Consultivo terá uma composição mista, com representantes da sociedade civil do Cariforum e da União Europeia. No que diz respeito à parte europeia, a nomeação dos representantes será repartida entre o Comité Económico e Social e as principais organizações de trabalhadores, empresários, e outras associações e ONGs do terceiro sector. A CES nomeará dois representantes.

O Acordo UE-Cariforum no seu conjunto e em particular as matérias sociais e os mecanismos de participação que estabelece revestem-se de grande interesse para as duas regiões para além de poder representar um modelo para as negociações entre a UE e as restantes regiões que, à semelhança do Cariforum, vão negociar um AAE.

Os sindicatos devem ter em consideração este Acordo (especialmente os avanços em matéria de participação) relativamente às negociações em curso com outras regiões da América Latina para os Acordos de Associação (AA) com a UE. Pese embora o facto de os AA serem diferentes nalguns aspectos, para os sindicatos trata-se de incluir no conjunto das relações entre a UE-ALC os critérios que aprovamos sobre comércio justo, sobre dimensão social e sobre participação.

BASES PARA UMA PROPOSTA DE FUNDOS DE COESÃO EURO-LATINO AMERICANOS

No mês de Novembro de 2008, num seminário organizado pela Fundação Alternativas, as organizações sindicais espanholas CCOO e UGT, com o apoio da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e da Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA) foi discutida a possibilidade de se utilizar a experiência dos fundos estruturais e de coesão europeus para promover o desenvolvimento e a coesão na América Latina.

As discussões no seminário basearam-se num estudo elaborado pela própria Fundação Alternativas intitulado *Proposta para uma área euro-latino americana de comércio justo, fundos de convergencia e coesão social*.¹

Os participantes concluíram que a ideia é positiva, apesar de ser necessário promover um debate mais aprofundado no seio da CES e da CSA/CCSCS sobre as condições e âmbito da proposta, numa perspectiva sindical e de construção de consensos mais claros ao nível de cada uma das organizações.

No final da reunião foram decididas as seguintes acções:

- 1-** Elaborar um documento sindical sobre o tema (CES/CSA), explicitando todos os desafios políticos que a proposta implica.
- 2-** Promover um processo de debate sindical, tanto na Europa como no continente Americano, a ser estruturado pela CES e pela CSA nas suas regiões respectivas e a realizar no decorrer do primeiro semestre de 2009.
- 3-** Como terceira iniciativa, realização de acções de discussão com diversos governos, com o objectivo de discutir a viabilidade do tema, bem como procurar alianças noutras áreas (CESE e outros Conselhos Económicos nacionais ou regionais, FCES), EUROLAT, Parlasur e outras instâncias de representação parlamentar.

O documento sindical está ainda em fase de elaboração. O que se segue é um resumo do conteúdo do

¹ Observatório de Política Externa Espanhola (OPEX): *Uma nova relação UE-América Latina*. Autores.: Juan de Dios Izquierdo e Rubén Torres Kumbrián. Projecto original e contribuições para o texto: Nicolás Sartorius e Vicente Palacio

estudo técnico da Fundação Alternativas para que as organizações sindicais europeias e latino-americanas tomem conhecimento dos fundamentos utilizados pelos autores, independentemente do facto de, uma vez aprovada a proposta sindical, se possa proceder à difusão da versão completa do estudo, bem como da Plataforma Laboral das Américas.

1. Resumo
2. Principais conceitos utilizados
3. A coesão europeia como referência

1. Resumo

A experiência europeia em matéria de Coesão Económica Social e Territorial permite uma análise de resultados, tanto no que diz respeito à sua extensão no tempo como à sua intensidade na aplicação. A conclusão fundamental que se tira desta experiência é que o modelo de abertura comercial baseado na igualdade competitiva superou o modelo de zona de livre comércio pura.

A política de coesão permitiu às regiões e aos países menos favorecidos da União Europeia alcançar um nível de competitividade suficiente para estar no mercado sem produzir a exclusão social, que numa determinada altura resultou da aplicação estrita do “Consenso de Washington”.

As bases da política de coesão europeia são: normas claras, linhas de orientação científicas orientadas para as reformas estruturais, benefício mútuo e orçamento adequado, para investir em regiões com desigualdade competitiva, num processo de abertura comercial.

Diversas instâncias (sindicatos, instituições, governos) têm avançado com ideias no sentido de se promoverem políticas de convergência e de coesão e de se aproveitar a experiência europeia, que tem tido grande sucesso, como referência para a integração social e regional na América Latina. No entanto, é necessário responder às seguintes questões:

- Poderá utilizar-se o paradigma europeu para atingir a coesão na América Latina?
- Quem seriam os parceiros?
- Será que existem as relações adequadas para promover uma Coesão Euro-Latino-Americana?
- Qual deveria ser a sua dotação orçamental?
- Para além de beneficiar a América Latina, teria também benefícios para a Europa?

- Os Fundos Euro-Latino-Americanos poderiam contribuir para desbloquear as negociações comerciais entre a União Europeia e o Mercosul e/ou outros blocos regionais ou países da zona?
- Existem as condições políticas e económicas para implementar a Coesão Euro-Latino-Americana?
- Finalmente, qual será o custo da não-coesão na América Latina?

2. Principais conceitos utilizados

Objectivo: *Coesão Económica Social e Territorial Euro-Latino-Americana*. O objectivo é alcançar um nível de competitividade com coesão em todos os países e regiões da América Latina, garantido através da confluência entre a União Europeia e a América Latina.

Modelo: Transferência, adaptada à América Latina, do PARADIGMA DE “COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL EUROPEIA”, com parceria europeia, num horizonte de espaço de crescente abertura comercial.

Impacto: Criação de uma Zona Euro-Latino-Americana de Intercâmbio Económico com capacidade competitiva em todas as Regiões da América Latina.

Instrumento: Política de Coesão Euro-Latino-Americana que inclua os Fundos Estruturais dirigidos às reformas estruturais que aumentem a produtividade ou que gerem aparelho produtivo, especialmente nos Estados e Regiões Desfavorecidas da América Latina.

Orçamento: Dedicar a título de exemplo 1% do montante do PIB latino-americano para criar as condições de competitividade suficiente, mediante investimentos nas áreas que se considerem mais adequados para a América Latina e que no caso europeu foram: infra-estrutura energética, infra-estrutura viária, transportes, meio ambiente, comunicações, formação, investigação, tecnologias da informação e da comunicação e reindustrialização. Utilizando esta referência, o montante da Coesão Euro-Latino-Americana ascenderia a 36.000 milhões de dólares anuais, aproximadamente.

- **Orçamento Inicial:** Começando, como projecção teórica, a implementação da Política de Coesão Euro-Latino-Americana pelos países do MERCOSUL, o orçamento seria da ordem de uns 16.000 milhões de dólares anuais, ficando em aberto a participação orçamental concreta de cada um dos parceiros.

Elegibilidade: os *ratios* socio-económicos comparativos analíticos serão latino-americanos, referindo-se aos Estados que participem em cada momento. As percentagens de elegibilidade dos Estados e das Regiões, para receber investimentos de coesão, serão efectuadas através de um acordo entre os diferentes parceiros.

→ **Estados Beneficiários:** os Estados que tenham um nível de rendimento *per capita* com paridade de poder de compra inferior a 50% da média da zona Euro-Latino-Americana, poderão receber Fundos Estruturais, destinados a investimentos estratégicos estatais ou pluri-regionais.

→ **Regiões Beneficiárias:** as regiões que tenham um nível de rendimento *per capita* com paridade de poder de compra inferior a 60% da média da zona Latino-Americana poderão receber Fundos Estruturais, destinados a investimentos produtivos na sua área territorial.

Investimentos para a mudança estrutural: Todos os investimentos seriam atribuídos a áreas de valor acrescentado para o aumento da competitividade e definidos num documento denominado Plano de Coesão Euro-Latino-Americana.

Arquitetura Institucional: Existirão dispositivos institucionais conjuntos de decisão política e orçamental, de controle dos investimentos e de gestão dos projectos.

Contexto de implementação: A proposta europeia de Fundos Euro-Latino-Americanos é apresentada como um elemento essencial da integração regional na medida em que representa um elemento para desbloquear as negociações comerciais entre a UE e o MERCOSUL e/ou outros blocos regionais ou países da região (América Central ou Andinos), e realizar Acordos de Associação que tenham esta matéria em consideração.

3. A Coesão Europeia como referência

A coesão social na Associação Estratégica União Europeia - América Latina e Caraíbas

A coesão é um tema recorrente na relação entre a União Europeia e a América Latina. A EU mantém diálogos específicos com os seus parceiros latino-americanos e o tema representa um eixo prioritário nos programas de cooperação para o desenvolvimento destinados à região no seu conjunto, às suas sub-regiões e diferentes países.

O reconhecimento da necessidade de coesão social foi ganhando relevância no âmbito do diálogo bi-regional a partir da cimeira UE-ALC do Rio de Janeiro, em Junho de 1999. Na Cimeira de Guadalajara (México), em Maio de 2004, foi lançado o programa bi-regional EUROSOCIAL, dotado de 30 milhões de euros destinados ao intercâmbio de experiências para a definição e criação de políticas destinadas a reduzir as desigualdades sociais.

A Declaração de Guadalajara caracteriza a Coesão como a via para alcançar as metas de Desenvolvimento do Milénio, consagra que as políticas económicas devem contribuir para o objectivo da Coesão e não o seu contrário e faz referência à revolução fiscal que é necessário realizar na ALC, sublinha ainda a necessidade de contar com as contribuições de organismos financeiros internacionais e co-financiamento internacional.

Na V Cimeira de Lima, em Maio de 2008, foi reiterado o apoio às negociações de Acordos de Associação como objectivos comuns estratégicos, pondo um especial enfoque nas negociações da UE com a América Central e com a Comunidade Andina para Acordos de Associação Bi-Regional. Nesse sentido, a Declaração de Lima também sublinhou a importância de alcançar um Acordo de Associação Mercosul-UE equilibrado.

Estes desenvolvimentos apontam para que as modalidades de implementação da Coesão Euro-Latino-Americana poderiam ser variadas, tais como Acordos Bilaterais entre a União Europeia e os Estados Latino-Americanos interessados, ou então, entre a União Europeia e outros blocos supranacionais tais como o MERCOSUL, Comunidade Andina, etc.

Os autores entendem que estes Fundos são mais produtivos se aplicados a processos de negociação entre blocos, por exemplo, UE – MERCOSUL; UE – CAN; UE – América Central, no âmbito dos processos de integração, mas não eliminam, à partida, a possibilidade de os aplicar igualmente em acordos entre a UE e países específicos.



RELACIONES ENTRE LA UNIÓN EUROPEA Y AMÉRICA LATINA

TRABAJO SINDICAL CONJUNTO CSA-CES 2008-2010

1. PRESENTACIÓN	P.38
2. PROPUESTA DE PLAN DE TRABAJO PARA EL SEGUIMIENTO SINDICAL DE LAS RELACIONES ENTRE LA UNIÓN EUROPEA Y AMÉRICA LATINA Y CARIBE (UE-ALC)	P.39
3. IV CUMBRE SINDICAL UNION EUROPEA-AMERICA LATINA Y CARIBE	P.44
4. PROPUESTA DE CAPÍTULO SOCIAL PARA UN ACUERDO DE ASOCIACIÓN ENTRE CENTROAMÉRICA Y LA UNIÓN EUROPEA	P.50
5. POR EL FORTALECIMIENTO DE LA CAN: NO A LAS NEGOCIACIONES BILATERALES	P.56
6. DECLARACION DEL TERCER ENCUENTRO SINDICAL UNION EUROPEA Y MÉXICO	P.58
7. EL ACUERDO DE PARTENARIADO ECONÓMICO (APE) ENTRE LA UNIÓN EUROPEA Y CARIFORUM	P.63
8. BASES PARA UNA PROPUESTA DE FONDOS DE COHESIÓN EUROLATINOAMERICANOS	P.65

PRESENTACIÓN

Esta publicación que aparecerá en cuatro lenguas (inglés, francés, español y portugués) recoge las principales declaraciones y otros documentos elaborados conjuntamente en los dos últimos años por la Confederación Sindical de Trabajadores de las Américas (CSA) y la Confederación Europea de Sindicatos (CES).

Desde que en junio de 1999 la primera Cumbre de Jefes de Estado estableció el proyecto de asociación bi-regional entre la Unión Europea y América Latina y Caribe, el movimiento sindical de ambas regiones ha trabajado unitariamente para que la dimensión social sea parte principal de las negociaciones y para que los acuerdos UE-ALC se basen en los principios del comercio justo y favorezcan los procesos de integración en el Mercosur, en la Comunidad Andina, en Centroamérica y en el Caribe, así como promuevan el desarrollo y la cohesión social en toda América Latina.

En mayo de 2001 se constituyó en Bruselas un grupo de trabajo CES-CIOSL-CMT-ORIT-CLAT que organizó diversos encuentros para establecer una posición sindical común. Estas organizaciones, de forma unitaria, celebraron la Primera Cumbre Sindical en abril de 2002. Desde entonces y ante cada Cumbre gubernamental, los trabajadores han hecho oír su voz mediante encuentros propios como en el pasado abril de 2008 en que CSA, CES y CSI organizamos nuestra IV Cumbre Sindical.

Los Acuerdos de Asociación firmados por la Unión Europea con México y con Chile, así como las negociaciones en curso con Mercosur, CAN y América Central están siendo seguidos con atención por la CES y por las coordinadoras sindicales de esas sub-regiones habiéndose establecido una estrecha coordinación sindical en el marco de la colaboración que existe entre la CES y la CSA. En las diferentes declaraciones y propuestas sindicales hemos reiterado nuestro rechazo a que los AdA se basen en el libre comercio y hemos reclamado que sean verdaderos acuerdos de asociación política, económica, social y cultural.

La creación de la CSA en marzo de 2008 por la unificación de ORIT, CLAT y otros sindicatos latinoamericanos ha dado un impulso a la coordinación con el sindicalismo europeo. La cooperación sindical CES-CSA va a ser fortalecida mediante el Plan de Trabajo que ambas organizaciones han firmado en 2008 (que puede leerse en esta publicación) para trabajar conjuntamente de cara a los próximos retos como son las actuales negociaciones y la próxima Cumbre de Jefes de Estado que se celebrará en España en 2010. En torno a la cual la CSA, la CES y la CSI con el apoyo de los sindicatos españoles, organizarán diversas actividades reivindicativas.

En anteriores ocasiones la CES ha editado varios folletos sobre América Latina, pero esta es la primera vez que se hace y se distribuye de forma conjunta como un paso más en la alianza sindical CES-CSA.

Queremos desde esta publicación rendir un pequeño pero merecido homenaje al compañero José Olivio recientemente fallecido de forma prematura. Olivio, sindicalista de la CUT de Brasil, contribuyó notablemente desde su puesto de secretario general adjunto de la CIOSL al impulso del trabajo sindical eurolatinoamericano.

John Monks

Secretario General de la CES

Víctor Báez

Secretario General de la CSA

**Confederación Sindical de
trabajadores de las
Américas (CSA)**

**Confederación Europea
de Sindicatos (CES)**

PLAN DE TRABAJO PARA EL SEGUIMIENTO SINDICAL DE LAS RELACIONES ENTRE LA UNIÓN EUROPEA Y AMÉRICA LATINA Y CARIBE (UE-ALC)

**(APROBADO EN NOVIEMBRE
DE 2008 Y REVISADO
EN MAYO DE 2009)**

En abril de 2005, en Brasilia, la CES, la ORIT y la CLAT firmaron un primer plan de trabajo para el seguimiento sindical conjunto UE-ALC. En mayo de 2008, con motivo de la IV Cumbre Sindical, la representación de la CES y de la CSA acordaron actualizar dicho plan y adaptarlo a la nueva situación de creación de la nueva regional CSA.

La CES y la CSA se reconocen como los interlocutores sindicales para las relaciones bi-regionales, al mismo tiempo que integran y apoyan el trabajo que en sus áreas llevan a cabo las estructuras sub-regionales latinoamericanas con las cuales la CES mantiene relaciones de trabajo para el seguimiento de las negociaciones con la UE.

La CSA, la CES y las Coordinadoras han mantenido en 2008 dos reuniones de trabajo globales sobre las negociaciones (5-7 de marzo en Bruselas y 15 de mayo en Lima), y también han celebrado (junto a la CSI) la IV Cumbre Sindical UE-ALC (16 de abril en Lima). En estas reuniones se han tomado acuerdos cuya concreción debe recoger este Plan de Trabajo. También debe incluirse en la agenda el seguimiento de los acuerdos tomados por los jefes de estado ALC-UE en su Cumbre (16 de mayo en Lima) En mayo de 2009 se ha celebrado un Encuentro CSA-CES en Buenos Aires en el marco del cual se han abordado las distintas tareas comunes actualizando para ello el Plan de Trabajo.

En resumen existen tres grandes campos temáticos de tareas:

- 1. Comunidad Iberoamericana y Cumbres**
 - 1.1 Participación sindical en las Cumbres de los Jefes de Estado
 - 1.2 Fortalecimiento de las Cumbres sindicales
- 2. Relaciones económicas entre la UE y países y regiones de América Latina y Caribe**
 - 2.1 Mercosur
 - 2.2 Comunidad Andina
 - 2.3 América Central
 - 2.4 Caribe
 - 2.5 México
 - 2.6 Chile

- 3. Dimensiones temáticas específicas
 - 3.1 Promoción del empleo y de los derechos laborales
 - 3.2 Comercio justo
 - 3.3 Cohesión social
 - 3.4 Inversión regulada
 - 3.5 Multinacionales
 - 3.6 Responsabilidad Social de la Empresa
 - 3.7 Migraciones
 - 3.8 Flexiseguridad
 - 3.9 Derechos de las mujeres

1. Participación sindical en las Cumbres y en las negociaciones

De nuevo, en Lima, el movimiento sindical no recibió por parte de los organizadores de la Cumbre de Jefes de Estado el tratamiento de interlocutor social que le corresponde.

Se entregó la Declaración sindical en fechas previas a la Cumbre pero, durante ésta, no hubo un diálogo de los sindicatos con los organizadores o portavoces de la Cumbre. La Declaración sindical no fue mencionada en la Declaración de los Jefes de Estado, aunque si fue publicada en la página web de la UE.

La CES pedirá a la Comisión Europea y al Gobierno español (con la colaboración de los sindicatos españoles), que la CSA y la CES sean consultadas en la fase de preparación del proyecto de declaración final, en la Cumbre siguiente que se celebrará en España en 2010, especialmente en los temas laborales.

Asimismo la CSA y la CES reclamarán que durante dicha Cumbre sean recibidas por los Jefes de Estado (o por una representación) para exponer oficialmente nuestras reivindicaciones.

Se exploraran las posibilidades de colaboración con otras organizaciones y movimientos sociales que también son actores activos en las relaciones UE-América Latina.

CSA, CES y CSI se reunirán con las afiliadas españolas para preparar la V Cumbre Sindical UE-América Latina

2. Refuerzo de las Cumbres sindicales

Para que las Cumbres sindicales tengan mayor representatividad, visibilidad y eficacia, es preciso

que se organicen con mayor autonomía en relación al Encuentro de la Sociedad Civil organizado por el CESE, aunque también es conveniente mantener nuestra participación activa en este Encuentro compartido con empresarios y otros colectivos.

La 5ª Cumbre Sindical se intentará realizar lo más cerca posible de las fechas de la de la 6ª Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno (Madrid, mayo de 2010) con el objeto de dar visibilidad y mayor efectividad a nuestra intervención frente a los presidentes.

Con la ayuda de los sindicatos españoles se gestionará una ayuda financiera para que la próxima Cumbre Sindical sea autónomamente organizada por CSI, CSA y por la CES, de forma que a ella asistan el máximo de sindicalistas y que estos acudan elegidos por sus sindicatos. Con el mismo objetivo, la CES gestionará una posible ayuda económica comunitaria para la Cumbre Sindical (como ya reciben por ejemplo el encuentro de las ONG)

3. Promoción del empleo y de los derechos laborales

La Cumbre de Jefes de Estado se ha comprometido entre otros a los siguientes puntos:

- Promover la creación de trabajo decente, el aumento del empleo y el establecimiento de programas de formación laboral.
- Destinar los medios necesarios para fortalecer o, cuando sea necesario, promover reformas de los sistemas de protección social.
- Estimular la participación de las autoridades competentes y de todos los actores relevantes, entre ellos la sociedad civil, en redes ALC-UE para la transferencia de conocimientos y el intercambio de información en materia de políticas sociales.
- Desarrollar políticas laborales y de empleo más efectivas, a través del diálogo social y la cooperación de los gobiernos, empleadores y trabajadores y la implementación de la responsabilidad social de las empresas y el respeto de los derechos de los trabajadores, incluyendo la negociación colectiva, con miras a generar trabajo decente, digno y productivo para todos
- Fortalecimiento de programas de capacitación para actores políticos y sociales.

La CES y la CSA pedirán conversaciones a la UE y a los gobiernos latinoamericanos para ser informados sobre el modo de implementación de esas orientaciones y la forma de participación sindical en los programas prometidos, y en otros que pudiéramos proponer los sindicatos, por ejemplo sobre el diálogo social.

4. Cohesión social

Tanto en la reunión de Bruselas como en las de Lima se planteó la necesidad de que los sindicatos elaboren propuestas para la cohesión social en ALC, y que especialmente aborden las formas en que la UE pueda contribuir al desarrollo de los países socios de ALC mediante un mecanismo de compensación.

También la Cumbre de los gobiernos aludió (por vez primera) a este tema al mencionar el *nuevo mandato externo del banco europeo de inversiones como una oportunidad para aumentar la inversión* para el máximo beneficio de la región ALC.

En cumplimiento de la orientación dada por la Cumbre Sindical, CSA y CES, en el marco de un seminario organizado por la Fundación Alternativas de España, CCOO y UGT, han hecho los días 20 y 21 de noviembre una primera discusión en base a una investigación la Fundación Alternativas de cara a la elaboración de una propuesta sindical de aplicación de una política de cohesión en América Latina basada en la experiencia europea de los fondos estructurales y de cohesión.

Se acordaron diversas iniciativas al respecto como la preparación de un documento de propuesta sindical CES-CSA que deberemos aprobar ambas organizaciones. La CSA elaborará un borrador que presentará a la CES para su discusión en un próximo encuentro.

5. Multinacionales

En relación a las empresas multinacionales la Cumbre Sindical reivindicaba:

→ el compromiso de respetar las Directrices de la OCDE sobre Empresas Multinacionales, la Declaración Tripartita de la OIT sobre las Empresas Multinacionales y la Política Social, el Protocolo de Kyoto y otros acuerdos multilaterales sobre medio ambiente, y las convenciones sobre derechos humanos en general.

→ la incorporación de las experiencias de acuerdos marco internacionales entre federaciones sindicales internacionales y empresas transnacionales con casa matriz europea y filiales en América Latina-Caribe.

La CES y la CSA dialogarán con las federaciones europeas e internacionales de rama para cooperar en el establecimiento o refuerzo de la coordinación entre los trabajadores de las empresas multinacionales establecidas en ALC, teniendo como referencia el Libro Verde europeo. Las posibilidades de aprovechar las experiencias de los Comités de Empresa Europeos serán tenidas en cuenta.

6. Migraciones

Como en todas las anteriores, la última Cumbre Sindical se refirió a los derechos de los trabajadores migrantes. Por su parte la Cumbre gubernamental decía:

Consideramos que es fundamental asegurar el goce y la protección efectivos de los derechos humanos para todos los migrantes. Sobre la base del principio de la responsabilidad compartida, desarrollaremos un enfoque comprensivo de la migración internacional, incluyendo la gestión ordenada de los flujos migratorios, concentrándonos en los beneficios mutuos para los países de origen y de destino, y promoviendo el reconocimiento y la toma de conciencia pública sobre la importante contribución económica, social y cultural de los migrantes a las sociedades receptoras. Subrayamos la importancia de luchar contra el racismo, la discriminación, la xenofobia y otras formas de intolerancia.

Sin embargo pocos meses después ha sido aprobada por la UE la llamada “directiva de retorno” que contradice esta declaración y que en algunos apartados vulnera los derechos humanos de los inmigrantes. La CES expresó su rechazo a dicha norma.

La CES y sus organizaciones afiliadas presionarán a sus gobiernos y parlamentos para que en el proceso de transposición los aspectos más negativos de la directiva no sean introducidos en las legislaciones nacionales. Del mismo modo, se trabajará de forma conjunta para explorar opciones de políticas comunes que apunten a respetar el principio de la garantía de los derechos sociales y laborales a todos los trabajadores y trabajadoras migrantes donde quiera que ellos desarrollen su actividad; mecanismos adecuados para la circulación de

remesas, así como políticas conjuntas que garanticen el derecho a no migrar.

7. Acuerdo de Asociación

En estos momentos, y ya avanzadas las negociaciones UE-América Central y UE-Comunidad Andina, corroboramos la preocupación expresada por los comunicados de la CES, de la CSA y de las organizaciones sub-regionales, puesto que el sindicalismo no está siendo atendido en su reivindicación de que los AdAs no sean un mero tratado de libre comercio y de que se incluyan garantías sobre los derechos socio-laborales. A esto hay que añadir que se ha roto el marco inicial de negociación de un Acuerdo UE-CAN (que además viola la propia decisión de la Cumbre de Jefes de Estado de Lima) cambiándolo por una negociación multipartes de la UE con Perú, Colombia y Ecuador. Con ello se renuncia al principio de fortalecimiento de los procesos de integración como la CAN.

La 6ª Cumbre Sindical analizará el resultado de las negociaciones de los Acuerdos de Asociación y tomará posición sobre las mismas.

8. Mercosur

Ante el previsible fracaso de la Ronda de Doha, parece probable la reanudación de las negociaciones UE-Mercosur rotas en 2004.

CES-CCSCS-CTCS decidirán una inmediata puesta a punto, de su propuesta de Capítulo Socio-laboral, introduciendo algunas adaptaciones a la nueva situación.

En relación a este capítulo se exigirá a los negociadores que antes de la reanudación garanticen el mantenimiento de los puntos que ya habían sido aceptados por los negociadores como el Comité Mixto, la implementación de los convenios fundamentales de la OIT y el reconocimiento del Forum Laboral.

Para el movimiento sindical tanto en las negociaciones UE-Mercosur, como en las de la CAN o AC, el capítulo socio-laboral es muy importante, si bien la valoración de un eventual acuerdo dependerá también de otros aspectos como el tratamiento de las asimetrías y el equilibrio comercial.

9. Comunidad Andina

LA CES y la Coordinadora Sindical Andina elaboraron una Declaración conjunta con los plantea-

mientos esenciales. El compromiso de elaborar una segunda declaración más detallada no se ha realizado aún.

La situación interna de la CAN aboca a una casi inevitable ruptura de las negociaciones UE-CAN como prueba la actitud de Colombia y Perú de solicitar negociaciones individuales.

La CES reclamará la UE que no modifique su planteamiento de negociación bloque a bloque pues ello contradiría uno de los objetivos políticos del acuerdo como es el fortalecimiento de la integración andina.

10. América Central

Las negociaciones están más avanzadas en esta mesa que en los otros dos procesos.

La participación de la sociedad civil no está cumpliéndose. Los llamados “cuartos de al lado” no son un método aceptable pues solo hay información pero no consulta. El Consejo Consultivo del SICA y el CESE de la UE no se sienten debidamente consultados.

Después de una primera declaración Común CES-CSACC-CST se ha elaborado y presentado un Capítulo Social. Las organizaciones sindicales centroamericanas CSACC y CCT y la CES han tenido encuentros con los negociadores donde han presentado sus peticiones.

La CES ha recibido una carta de la Comisión Europea en nombre de la comisaria Ferrero Wadner en la que agradece la aportación del Capítulo Social de América Central y asegura estar de acuerdo con el planteamiento de incluir las convenciones de la OIT así como un comité seguimiento de los acuerdos.

La CES, la CSACC y la CCT deben seguir insistiendo en la necesidad de que las negociaciones concluyan con un acuerdo justo en los temas comerciales y que incluya plenas garantías para la libertad sindical, continuamente amenazada en la región.

11. Caribe

Un nuevo Acuerdo de Asociación Económica (AAE) ha sido firmado entre la Comunidad del Caribe (CARICOM) y República Dominicana, por un lado, y la Unión Europea (UE), por otro.

La Cumbre Sindical valoró favorablemente la

inclusión de un Capítulo Social en este acuerdo entre los países del Caribe y la UE, así como del compromiso sobre formación y capacitación de actores no gubernamentales.

La CSA facilitará la coordinación de las organizaciones sindicales caribeñas con la CES para la puesta en marcha de dicho capítulo.

12. México

Además del Acuerdo de Asociación en vigor desde el año 2000, la Comisión Europea ha propuesto el establecimiento de una Asociación Estratégica con México para mejorar las relaciones bilaterales, y el diálogo y coordinación entre la UE y México en asuntos globales, regionales y bilaterales. Después de la larga crisis política mexicana, parece que va a reactivarse el proyecto de creación de un Consejo económico y Social Mexicano que pudiera ser la contraparte del CESE de la UE.

Se ha celebrado en la Ciudad de México el día 29 de octubre el 3º Encuentro Sindical UE-México aprobando una Declaración Sindical conjunta entre los principales sindicatos mexicanos y la Confederación Europea de Sindicatos. La CSA participó en dicho Encuentro. Se reiteran en esa Declaración la necesidad de revisar el Acuerdo Global para incluir contenidos sociales que se ignoraron en el momento de su firma.

Esta declaración fue presentada y defendida por sindicalistas europeos y mexicanos durante el Foro de Diálogo entre la Sociedad Civil de México y de la UE organizado por la Comisión Europea y el gobierno mexicano los pasados días 13 y 14 de noviembre celebrado en Bruselas. Este documento fue resaltado por los organizadores como muy importante y muchas de sus conclusiones han sido incluidas en las Recomendaciones aprobadas en el Foro y enviadas a las autoridades.

Los sindicatos mexicanos y la CES deberán elaborar un articulado de Protocolo socio-laboral para presentarlo al órgano de gobierno del Acuerdo de Asociación.

13. Chile

La CES y las centrales chilenas afiliadas a la CSA pondrán en marcha actuaciones conjuntas para denunciar la falta de cumplimiento del Acuerdo de Asociación, firmado entre Chile y la UE en el año 2000, particularmente en lo que se refiere al incumplimiento en la creación del Consejo Económico y Social chileno. Durante la reunión CSA-CES

celebrado en Madrid, el representante de la CUT de Chile y la CES hablaron sobre las posibles fechas de un encuentro en Chile.

14. Comunidad Iberoamericana

La CSA junto a los sindicatos españoles y portugueses hace el seguimiento de los acuerdos entre los países iberoamericanos. La CES es informada por ellos de las decisiones tomadas.

La Cumbre Sindical UE-ALC valoró muy positivamente la firma del Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social durante la XVII Cumbre Iberoamericana, que tiene por objetivo que los trabajadores migrantes puedan gozar, en sus países de origen, de los beneficios generados con su trabajo en los países receptores. También hizo un llamamiento para la rápida y eficaz aplicación de este convenio, y en favor de que otros países de la UE puedan seguir el mismo principio.

La CES trabajará para que otros países europeos suscriban acuerdos similares.

15. Coordinación CSA-CES

La CSA y la CES colaboraran estrechamente en el seguimiento sindical de las relaciones entre la UE y América Latina.

Para ello establecerán una coordinación permanente y sus secretariados se encontraran dos veces al año para evaluar dichas relaciones y tomar iniciativas comunes

La CSA y la CES asociaran a sus trabajos a las centrales nacionales afiliadas y aquellas instituciones (como Actrav/OIT) y fundaciones que vienen prestando apoyo a la labor de los sindicatos en América Latina.

La coordinación sindical CSA-CES se establece en el marco de la política de la CSI y en contacto con su dirección.

Durante la próxima Cumbre Sindical Iberoamericana (noviembre de 2009 en Lisboa), la CES y la CSA se reunirán para evaluar las actividades del Plan de Trabajo.

IV CUMBRE SINDICAL UNION EUROPEA-AMERICA LATINA Y CARIBE

DECLARACION

Lima, 16 de abril del 2008

La Confederación Sindical Internacional (CSI), la Confederación Sindical de Trabajadores/as de las Américas (CSA), la Confederación Europea de Sindicatos (CES) y otras centrales nacionales han celebrado la IV Cumbre Sindical UE-América Latina y Caribe, habiendo aprobado la siguiente Declaración que se remitirá a la Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno UE-ALC que se reunirá en mayo en esta ciudad de Lima¹.

Desde la Cumbre de Viena de 2006, el sindicalismo internacional ha dado importantes pasos unitarios, con la creación de la CSI, integrada por 311 organizaciones y 168 millones de afiliados, de la que forma parte la CSA.

Solicitamos que la Cumbre Sindical sea considerada como evento oficial y previo a la de Jefes de Estado y que esta Declaración sea tomada en cuenta al momento de las conclusiones. Dada nuestra responsabilidad en este proceso, nos comprometemos a realizar un seguimiento de los compromisos adoptados y por ello solicitamos una efectiva participación.

I. Fortalecimiento de la integración regional

Los sindicatos euro-latinoamericanos-caribeños apostamos por el fortalecimiento de los procesos de integración sub-regional, y por eso deseamos que el Mercosur, la Comunidad Andina (CAN), y el Sistema de Integración Centroamericano (SICA), y la Comunidad del Caribe (CARIFORUM/CARICOM) se doten de instituciones eficaces y democráticas que representen realmente a la ciudadanía de los países miembros.

También queremos que estos procesos se interrelacionen entre sí y avancen hacia una integración más amplia, saludando por ello iniciativas ya en marcha como la Unión de Naciones de Suramérica (UNASUR) y la Asociación de Estados del Caribe (AEC).

¹ Esta Declaración también será dirigida a las cumbres bilaterales UE-MERCOSUR, UE-CAN y UE-América Central.

El proceso de integración europeo ha tenido importantes avances desde su creación y más recientemente con las sucesivas ampliaciones y con la adopción del nuevo Tratado, que incluye una Carta de Derechos Fundamentales. La UE debe aún superar su debilidad política y desarrollar una política exterior propia para poder afrontar con otras regiones del mundo, y en particular con América Latina-Caribe desafíos comunes impuestos por la globalización.

En ese sentido, reiteramos el apoyo al establecimiento de una Asociación Estratégica Bi-regional entre la UE y América Latina-Caribe, decidida en la Cumbre de Río en 1999.

Reclamamos en particular que los procesos de integración garanticen que los derechos humanos y los derechos de los trabajadores/as se respeten en todos sus Estados, y que cese la impunidad que todavía subsiste en algunos países, garantizándose los plenos derechos a la libertad sindical, la negociación colectiva y el derecho a huelga. Estos derechos también tienen que ser protegidos en el plano supranacional, en cuanto al comportamiento de las transnacionales.

Apoyamos plenamente la Jornada Mundial de Acción convocada por la CSI para el próximo 7 de octubre del 2008 en favor del trabajo decente.

II. La negociación de los Acuerdos de Asociación

II.1 Los mandatos de negociación

Los Acuerdos de Asociación (ADA) que se están negociando actualmente entre la UE, Mercosur, Comunidad Andina y América Central incluyen en un lugar destacado un capítulo de libre comercio centrado en la liberalización de bienes y servicios, incluyendo otros elementos OMC-plus: liberalización de pagos corrientes y movimientos de capital, y de compras gubernamentales, comprendiendo los sectores de agua, energía y transporte. Los ADA promueven además que los países latinoamericanos den un tratamiento a las transnacionales europeas no menos favorable que el otorgado a las propias empresas, lo que se extiende a situaciones en que aquellos países tengan acuerdos con un tercer país.

Junto a ello, los mandatos de negociación tienen además expresiones positivas en el campo productivo, de la cohesión social y de la dimensión sociolaboral. En general, y comparativamente con

otros tratados, también destaca la condición bloque a bloque de la negociación, y la inclusión de pilares de diálogo político y cooperación.

Sobre dichos mandatos, nos preocupa particularmente el enfoque neoliberal de libre comercio antes mencionado, al cual nos oponemos porque va en dirección contraria al tipo de integración que defendemos.

Por otra parte, consideramos que el enfoque de los mandatos negociadores sobre las dimensiones de la cohesión social, sociolaboral y participación presenta claros déficits:

→ en materia de cohesión social no plantea referencias a instrumentos como los fondos estructurales.

→ respecto del tratamiento de las asimetrías, presenta claras autolimitaciones, al afirmar que “todas estas disposiciones se reducirán al mínimo”, y que “ello será contemplado cuando fuese necesario y reduciendo al mínimo la diferenciación de compromisos entre países”.

→ no menciona expresamente a estructuras participativas de la sociedad civil.

→ no introduce un pilar sociolaboral, con lo que esta dimensión tiende a quedar incluida en el capítulo sobre cooperación, de forma limitada. Si se toma como antecedente el “capítulo social” en el reciente ADA UE-Sudáfrica, se encuentran contenidos solo básicos.

→ no considera la cuestión migratoria, de indudable importancia en la actualidad de los dos bloques.

→ no incorpora el tratamiento del cambio climático.
→ no prevé la necesidad de analizar el impacto pre y post acuerdo en los aspectos económico-comercial, sociolaboral y medioambiental.

Consideramos que el desarrollo sostenible y el respeto a los procesos de integración sub-regionales preexistentes deben ser un objetivo central de los ADA, y no una mera frase de los ADA. Esto debe quedar convalidado de forma explícita en los distintos capítulos.

Entendemos que un acuerdo que contemple los aspectos sociolaborales y medioambientales constituye una condición necesaria pero no garantiza por sí sola la presencia del comercio justo al cual aspiramos.

Los ADA también deben incluir un enfoque de género sistemático y transversal, aplicando los consensos alcanzados en los foros mundiales, para

garantizar los derechos y el papel de las mujeres en la sociedad.

II.2 Dimensión comercial

El criterio clave a utilizar es el de comercio justo, siguiendo los planteos que los países en desarrollo efectúan actualmente ante las negociaciones multilaterales en la Ronda de Doha de la OMC, centrado en el principio de la reciprocidad menos que plena y, con ello, en niveles arancelarios que estén en línea con la etapa del desarrollo en que se encuentran los países, así como en la no aceptación de intercambios de concesiones entre sectores (agrícola, industria y servicios).

Los ADA deben reconocer las grandes diferencias que separan a la UE de las regiones latinoamericanas y caribeñas, de forma explícita en todos los apartados de las negociaciones.

Los ADA deben tener repercusiones económicas directas positivas para ambas partes, no condicionando ni afectando las necesarias estrategias de desarrollo productivo que adoptan los países y regiones de América Latina-Caribe. Este enfoque está claramente planteado en la Plataforma Laboral de las Américas (PLA) elaborada por el sindicalismo de la región en el 2005.

Complementariamente, los acuerdos deben contener cláusulas claras, medibles y cuantificables en relación a la transferencia tecnológica.

En el marco de las negociaciones bloque a bloque, consideramos adecuada la incorporación de un trato especial, diferenciado y flexible, de acuerdo a las necesidades y sensibilidades de los distintos países. Un ejemplo en este sentido son las garantías alcanzadas por Bolivia en sus negociaciones con la UE.

Los ADA deben tender a resolver adecuadamente el problema agrícola, que tiene impacto en la población campesina e indígena de América Latina-Caribe. El tema agrícola se vincula con cuestiones más amplias, como el uso indiscriminado de la tierra, la actual crisis alimentaria mundial, el acceso al agua, el uso de transgénicos y agrotóxicos, la energía, el cambio climático, que son cuestiones estrechamente vinculadas y tienen dimensiones y soluciones transversales.

En las negociaciones con el área andina y América Central debe utilizarse un enfoque SGP plus (en vez de OMC plus), es decir, que los ADA partan de los beneficios comerciales que tienen sus países en el

mercado comunitario por la vigencia del Sistema Generalizado de Preferencias, como alternativa al enfoque que considera que, por ser unilaterales, esos beneficios deben ahora ser rediscutidos.

II.3 Dimensión sociolaboral

Los acuerdos deben incorporar un “cuarto pilar” sociolaboral basado en el reconocimiento de estándares laborales mínimos y el desaliento al “dumping social”. La vigencia de estas normas debe impedir que las Partes alienten el comercio y la inversión extranjera (incluyendo la dirigida a zonas francas industriales) mediante la ampliación o el mantenimiento de una ventaja competitiva a través de la disminución del nivel de protección dispuesto por las leyes sociales y laborales nacionales, su derogación o la falta de aplicación. La actuación de las empresas transnacionales y sus empresas contratistas tiene que ser contemplada desde la perspectiva de su responsabilidad social y legal.

Es necesario hacer referencia a la plena vigencia de los derechos humanos en general, y los laborales en particular, tanto en el sector público como en el privado, incluyéndose mecanismos eficaces de seguimiento y cumplimiento que garantice su aplicación irrestricta en el campo comercial. Ello debe incluir la estipulación de sanciones comerciales o económicas efectivas y suficientemente elevadas como para constituir un desincentivo, destinando lo obtenido a mejorar las normas sociales y las condiciones de trabajo en los sectores y ámbitos que dieron origen a los problemas en cuestión. Estos instrumentos tienen que ser parte del propio acuerdo, con autonomía de instrumentos externos.

Las relaciones entre la UE y América Latina-Caribe deben tener presente, para influir de forma positiva, algunas dramáticas situaciones nacionales de violación de los derechos humanos, incluyendo los sindicales, en Colombia, Guatemala, y en cualquier otro país. Al respecto, deben eliminarse las leyes que criminalizan la protesta y la acción sindical y social.

Debe establecerse que para la cuestión sociolaboral rijan las mismas disposiciones estándares del resto del ADA, como forma de que lo estipulado en ese pilar quede sujeto a similar trato en materia de resolución de conflictos.

Los instrumentos específicos de este pilar deben ser: → una mención explícita sobre las normas de la OIT (convenios y recomendaciones), estableciendo un criterio vinculante. Tales normas son las ocho consi-

deradas fundamentales por la Declaración de 1998, así como otras consideradas “prioritarias” por la propia OIT (C122 sobre la política del empleo, C81 y C129 sobre la inspección del trabajo, C144 sobre la consulta tripartita) e incluso otras que también gozan de un amplio apoyo (C155 sobre seguridad y salud de los trabajadores, C102 sobre seguridad social, C103 sobre protección de la maternidad C135 sobre los representantes de los trabajadores, C169 sobre las poblaciones indígenas, R193 sobre promoción de las cooperativas, R195 sobre el desarrollo de los recursos humanos, R198 sobre la relación de trabajo. Deben incorporarse también las legislaciones nacionales más avanzadas de cada uno de los bloques firmantes, así como instrumentos subregionales (por ejemplo la Declaración Sociolaboral del Mercosur). En el caso que los convenios no hayan sido ratificados por algunas de los países en la situación de partida, debiera tomarse un compromiso al respecto.

- el compromiso de respetar las Directrices de la OCDE sobre Empresas Multinacionales, la Declaración Tripartita de la OIT sobre las Empresas Multinacionales y la Política Social, el Protocolo de Kyoto y otros acuerdos multilaterales sobre medio ambiente, y las convenciones sobre derechos humanos en general.
- la incorporación de las experiencias de acuerdos marco internacionales entre federaciones sindicales internacionales y empresas transnacionales con casa matriz europea y filiales en América Latina-Caribe.
- el reconocimiento de los trabajadores autoempleados, mediante políticas públicas que los ayude a formalizarse.

II.4 Dimensión participativa

La propia experiencia europea en materia de participación en las negociaciones muestra claroscuros: las consultas que se efectúan en el plano regional no pueden considerarse como tales, ya que habitualmente son meras entregas de información en breves reuniones. Esta situación tiende a repetirse en las negociaciones con los países andinos y de América Central, mediante lo que se denomina “cuartos de al lado”, que no reconocen el derecho de consulta sino que se limitan a proporcionar información unilateral. En los acuerdos ya firmados con UE en la región en el mexicano no se ha incluido estructuras participativas y el chileno no ha creado aún el Consejo Económico y Social y el Comité Consultivo Mixto previstos. Asimismo, la negociación UE-Mercosur se ha desarrollado en un ambiente opaco en esta materia. Respecto de los países de América Latina-Caribe

que están negociando ADA con la UE, es evidente la falta de transparencia en cuanto a sus mandatos negociadores, los cuales no son conocidos.

Un antecedente positivo es el acuerdo de principio alcanzado en el 2004 por los negociadores europeos con los representantes del Mercosur, en cuanto a la creación de un organismo conjunto de seguimiento CESE-FCES, el reconocimiento del Forum Laboral entre las mismas estructuras, y la obligatoriedad de cumplimiento de los convenios fundamentales de la OIT, que habían sido demandas sindicales. Este enfoque está siendo tomado en cuenta por la CES y el sindicalismo andino y de América Central, para similares propuestas en materia de un (creación de un Comité Económico y Social) aprovechando algunos contenidos del Acuerdo de Dialogo Político y Cooperación firmado en 2003 y que no fue ratificado.

El elemento participativo de los Acuerdos de Asociación (ADA) deberá reflejarse en la transparencia y apertura al sindicalismo y los otros sectores de la sociedad civil organizada, mediante:

- Comités Consultivos Mixtos en cada Acuerdo, integrados por los Comités Económicos y Sociales, o sus equivalentes, y el CESE, garantizando los recursos necesarios para su efectiva participación en el proceso.
- un foro sobre comercio y desarrollo sostenible, a reunirse dos veces al año, para realizar consultas sobre cuestiones y problemas sociales mediante una discusión pública entre organizaciones de empleadores, de trabajadores y ongs. En esas consultas debería estipularse un claro equilibrio entre los representantes de los tres sectores. A través de estas estructuras, o de otras específicas deben crearse mecanismos que permitan:
- la información, consulta y participación durante las negociaciones, con acceso en tiempo y forma a los borradores.
- el monitoreo y evaluación de la aplicación de los ADA, mediante la presentación de informes periódicos sobre los adelantos realizados para poner en práctica los compromisos de los ADA, considerando todos los aspectos inherentes a su repercusión social y económica (incluyendo acceso a servicios públicos de calidad) y la utilización de distintas políticas (entre ellas, políticas relacionadas con el comercio) destinadas a conseguir desarrollo industrial.
- la presentación, por las organizaciones de trabajadores/as y de empleadores de ambas partes, de comunicaciones respecto de problemas sociales observados, pidiendo a los gobiernos acciones que

se traduzcan en un seguimiento y revisión constante de lo estipulado, con miras a evitar que los gobiernos violen o permitan la violación de los derechos de los trabajadores. Estas peticiones deberán tener un rápido y adecuado tratamiento por expertos independientes bien calificados, cuyas recomendaciones sean resueltas rápidamente, a fin de posibilitar que los gobiernos se ocupen debidamente de ellas.

→ la participación en la evaluación pre y post acuerdo sobre los impactos de los ADA en las tres dimensiones del desarrollo sostenible.

III. Cohesión social y desarrollo sostenible

Los Acuerdos de Asociación (ADA) deben incluir medidas de cohesión y justicia social que reduzcan sus eventuales efectos negativos en materia de pobreza, precariedad e informalidad laboral y desplazamientos migratorios, y fomenten el trabajo decente que promueve la OIT como factor esencial para la cohesión social.

Se necesitan mecanismos correctores de las asimetrías entre las dos regiones, con base en la experiencia europea de los fondos estructurales de cohesión y solidaridad. Este enfoque ya figuraba en la Cumbre de Guadalajara por medio del programa EuroSocial, el cual debería complementarse con nuevos programas dotados de mayores recursos financieros.

Estos mecanismos tienen que ser financiados por la UE (a través de, por ejemplo, el Banco Europeo de Inversiones) y por aquellos países que son los principales beneficiarios del comercio y de las inversiones. También es necesaria la participación de los sectores sociales en el diseño e implementación de estos instrumentos. La cuestión migratoria debe ser reconocida como un elemento vinculado al desarrollo sostenible, en cuanto al derecho a no migrar, y estar presente de forma transversal en los ADA, quedando incluida en el diálogo político, en el capítulo sociolaboral, para garantizar los derechos de los migrantes en los países de origen, y en el capítulo comercial, en cuanto a un tratamiento adecuado de las remesas. Conscientes de que Europa es una receptora creciente de migrantes económicos, pedimos que la UE contribuya con acuerdos y programas que faciliten la migración regular, la inserción económica, social y cultural de los migrantes y la plena garantía de los derechos laborales, sindicales, sociales y civiles, para el/la migrante y su familia. En el marco de los lazos históricos y culturales que

unen a las dos regiones, solicitamos también una política proactiva e integral de migración, asentada en reglas precisas de admisión y residencia que respete la dignidad de las personas. Tal política debería estar basada en el marco de derechos de los migrantes recogidos en las Convenciones de Naciones Unidas (Convención Internacional de la ONU sobre protección de los derechos de todos los trabajadores y sus familiares) y en convenios de la OIT (C 97, C 143 y C 157).

Ha sido muy positiva la reciente firma del Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social durante la XVII Cumbre Iberoamericana, que tiene por objetivo que los trabajadores migrantes puedan gozar, en sus países de origen, de los beneficios generados con su trabajo en los países receptores. Asimismo, hacen un llamamiento por la rápida y eficaz aplicación de este convenio, y en favor de que otros países de la UE puedan sigan el mismo principio.

Expresamos un absoluto rechazo a todas las formas de tráfico de seres humanos, muy especialmente el que afecta a mujeres y niños. Alertamos sobre la creciente feminización de la migración, ya que representan la mitad del total de migrantes, y sufren mayores riesgos al migrar.

Condenamos la construcción por parte de los Estados Unidos del muro en la frontera con México y lo consideramos un problema de toda la región.

Pedimos la participación de las organizaciones de la sociedad civil en el diseño de las políticas públicas sobre migraciones. En particular, deben involucrarse a las organizaciones sindicales en los temas de inserción laboral, así como en los aspectos de formación y empleo, tanto en los países de origen como en los de destino

IV. Cambio climático y desarrollo sostenible

El actual modelo de desarrollo es injusto socialmente e insostenible medioambientalmente.

El desarrollo sostenible requiere la protección medioambiental. La creación de trabajos decentes y medioambientalmente responsables es el único camino para garantizar los medios de vida de millones de trabajadores/as.

Como demuestran claramente los informes del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el

Cambio Climático (IPCC), en la actualidad los países de América Latina-Caribe sufren con intensidad las consecuencias del agravamiento del cambio climático, lo que genera consecuencias negativas para la población, contribuyen poderosamente a la pobreza y la falta de cohesión social y seguirán alimentando en gran medida las migraciones.

Buena parte de la degradación medioambiental es causada por la acción humana y fundamentalmente por la acción depredatoria de las empresas, especialmente las transnacionales. Dada la importancia de estos recursos para el desarrollo sostenible, recomendamos que las organizaciones de la sociedad civil, y particularmente los sindicatos, se involucren más en programas de promoción de un uso responsable de éstos, y pedimos programas de cooperación e intercambios de buenas prácticas sobre una utilización de dichos recursos que beneficie a las comunidades que las poseen, sin perjudicar al medio ambiente.

La cooperación en materia de cambio climático debe permitir vincular de forma duradera la preservación ecológica, el crecimiento económico y la creación de empleos decentes.

Llamamiento a los Jefes de Estado y de gobierno de América Latina y Caribe y de la Unión Europea

→ Demandamos a la Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno iniciativas políticas para fortalecer los procesos de integración regional y sub-regional;

→ Reclamamos que la Asociación Bi-regional UE-ALC se base en criterios de equidad y equilibrio entre ambas regiones para lo cual es preciso que se impulsen acciones correctoras de las asimetrías;

→ Exigimos que los ADA no se basen en criterios neoliberales librecambistas sino en los principios del comercio justo;

→ Los ADA no deben limitarse a los aspectos comerciales sino que deben contemplar en toda su integridad una Asociación con diálogo político, cooperación y dimensión social;

→ La Cumbre Sindical reclama a la UE, a la CAN, al Mercosur y a América Central que se establezcan mecanismos de consulta y participación efectiva (superando la mera información puntual) de la sociedad civil y particularmente de los sindicatos, tanto en el transcurso de las negociaciones como en el seguimiento de los eventuales Acuerdos;

→ Demandamos un reconocimiento específico de las organizaciones sindicales y de mecanismos por ellas creados como el Foro Laboral UE-Mercosur;

→ Demandamos el cumplimiento por parte del gobierno chileno del contenido del ADA con la UE en lo referente a la creación de un Consejo Económico y Social, y el subsiguiente Comité Mixto entre este y el CESE de la UE;

→ Instamos al gobierno mexicano para que un organismo consultivo similar sea creado en México;

→ Pedimos el cumplimiento efectivo del Capítulo Social incluido en el acuerdo entre los países del Caribe y la UE, así como del compromiso sobre formación y capacitación de actores no gubernamentales;

→ Reiteramos la necesidad de un cuarto pilar - junto al comercial, de cooperación y de diálogo político-que integre la dimensión sociolaboral;

→ Reclamamos que las empresas transnacionales sean obligadas a respetar los instrumentos establecidos por la OIT y por la OCDE;

→ Llamamos a los gobiernos a que garanticen el respeto de los derechos humanos en todos los países y particularmente los derechos sindicales de los trabajadores.

→ Exigimos que se acabe con la impunidad que aun existe en diversos países (como Colombia y Guatemala) de quienes asesinan y persiguen a los sindicalistas;

→ Condenamos el bloqueo y el embargo económico contra Cuba y pedimos su levantamiento;

-Reclamamos que la igualdad de género forme parte de manera destacada de los contenidos de los ADA;

→ Reclamamos a los gobiernos europeos que cesen los ataques al modelo social europeo para preservar las conquistas de los trabajadores europeos y para que pueda servir de referencia en los países socios de la UE;

→ Demandamos a los gobiernos de América Latina-Caribe y de la UE que integren en sus negociaciones los principios del desarrollo sostenible y que trasladen ese enfoque a las instituciones multilaterales de las que forman parte;

→ Pedimos que los sindicatos participen en las políticas públicas sobre las migraciones y que éstas se basen en el reconocimiento de los derechos laborales y civiles de los migrantes.

-Solicitamos el reconocimiento de los derechos de los trabajadores/as autoempleados.

→ Condenamos la construcción por parte de los Estados Unidos del muro en la frontera con México.

→ Combatimos las tendencias xenófobas que se dan en algunos países de la UE y también en otros de América Latina-Caribe, y exigimos a las autoridades nacionales el cese de toda medida discriminatoria.

PROPUESTA DE CAPÍTULO SOCIAL PARA UN ACUERDO DE ASOCIACIÓN ENTRE CENTROAMÉRICA Y LA UNIÓN EUROPEA

CSACC-CCT-CES

Abril 2008

I. Antecedentes

1. Las organizaciones sindicales de América Central y de la Unión Europea, reconocemos la historia de relaciones y cooperación entre estas dos regiones del mundo que tiene su origen desde el año 1984 con el Diálogo de San José. No obstante, luego de más de dos décadas de cooperación, los niveles de desarrollo y las asimetrías entre países, especialmente de Centroamérica, son cada vez más profundas. Además, en las etapas anteriores de las relaciones de cooperación, la participación de la sociedad civil y del movimiento sindical en particular, ha sido mínima en la definición e implementación de las políticas y acuerdos.

2. En el espíritu del Acuerdo de Roma sobre Diálogo Político y Cooperación entre la Comunidad Europea y sus Estados Miembros, por una parte, y las Repúblicas de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua y Panamá, por otra, firmado en Italia el 15 de diciembre del 2003, consideramos una prioridad profundizar los contenidos y compromisos de dicho Acuerdo sobre todo en lo que se refiere al respeto de los principios democráticos y los derechos humanos fundamentales enunciados en la Declaración Universal de Derechos Humanos, así como del principio del Estado de Derecho, que inspira las políticas internas e internacionales de las Partes; el compromiso de fomentar el desarrollo sostenible y contribuir a la consecución de los Objetivos de Desarrollo del Milenio y la adhesión a los principios de la buena gobernanza y a la lucha contra la impunidad (corrupción).

3. En igual sentido, con la Declaración de Viena entre los Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión Europea y de América Latina y el Caribe, de Austria, 12 de mayo de 2006, sobre el Fortaleciendo la Asociación Estratégica Birregional, de la Cuarta Cumbre Unión Europea - América Latina y Caribe, reafirmar que la democracia es un valor universal basado en la voluntad libremente expresada de los pueblos de determinar su propio sistema político, económico, social y cultural, así como la participación plena en todos los aspectos de su vida. De ahí que la democracia, el desarrollo y el respeto de

todos los derechos humanos y de las libertades fundamentales son interdependientes, se refuerzan mutuamente y constituyen principios básicos de cualquier asociación birregional.

4. Consideramos necesario reconocer las condiciones de las dos partes, donde la Unión Europea ha logrado importantes avances comunitarios y de superación de asimetrías entre sus países miembros. Por el contrario, Centroamérica es una región que vive grandes problemas de pobreza y miseria. De los 35 millones de habitantes registrados en el 2005, un 55% vive en la pobreza, y el 23% en la pobreza extrema; esos niveles de pobreza extrema o indigencia, visto desde los países alcanzan cifras excesivamente altas, que oscilan desde el 8.2% hasta el 54.4%.

5. La pobreza se manifiesta en falta de ingresos y también en la imposibilidad de acceder a tierra, capital, crédito, tecnología, educación, servicios básicos de salud, vivienda, etc. También la pobreza genera en forma permanente hambre, nutrición deficiente, graves problemas de salud, incremento en la morbilidad y mortalidad, y potencia la discriminación y la exclusión social.

6. La pobreza, la desigualdad y la exclusión inciden fuertemente en la gobernabilidad, y como se ha dicho en diversos estudios, estos fenómenos también son caldo propicio para la inseguridad y la delincuencia. Es importante recalcar que a pesar de los procesos de paz y de la elección de gobiernos por la vía democrática, las políticas neoliberales han llevado a la región a niveles extremos en materia de desempleo, con una Población Económicamente Activa de 13 millones de personas, las tasas de informalidad oscilan entre el 42% y el 59.7%, y el 41% no ha logrado completar la educación primaria. Esta situación pone en evidencia la falta de avances hacia el objetivo declarado por las Cumbres de Jefes de Estado ALC-UE en favor del desarrollo y de la cohesión social en América Latina.

7. La región centroamericana tiene un enorme déficit con el cumplimiento de los convenios fundamentales de la OIT (87 y 98), lo que constituye un obstáculo para el movimiento sindical, en su calidad de interlocutor social.

8. El movimiento sindical, en representación de millones de trabajadoras y trabajadores de estos países y regiones, estamos conscientes de la lógica global imparabla de relaciones entre bloques de países. Pero vemos cómo en el establecimiento de

éstas relaciones, se ha excluido en la práctica, a la mayoría de sectores, a pesar de la voluntad formal de su participación.

9. Por lo anterior, y ante las actuales negociaciones entre los estados y países de CA-UE, reiteramos la trascendencia de los Acuerdos antes mencionados en todos los aspectos relacionados con las condiciones socio laborales de las mayorías y exponemos los objetivos centrales que el movimiento sindical de ambas regiones solicita a los representantes de los equipos negociadores de nuestros países, para ser incluidos en el proceso, como condición esencial para asegurar una verdadera participación de los sectores sociales.

II. Sobre el carácter del Acuerdo de Asociación y la participación sindical:

10. El ADA CA-UE no debe entenderse como un mero acuerdo de libre comercio sino debe ser un Acuerdo de Asociación Económica, Política, Social y Cultural. Por tanto, junto a los capítulos de diálogo político, de cooperación técnica y de intercambio comercial, debe contener un capítulo que incorpore los derechos socio laborales, que recoja los convenios sociales fundamentales de la OIT, así como la legislación más avanzada de cada uno de los bloques firmantes, lo que se constituya en un verdadero capítulo social.

11. Además de regular la participación conjunta de los organismos de representación de la sociedad civil (como los comités consultivos económicos y sociales), el Acuerdo debe reconocer el papel activo de las organizaciones de trabajadores/as, en la propuesta, la negociación y el seguimiento del Acuerdo de Asociación incluyendo los medios adecuados para ejercer el ejercicio de esos derechos.

III. Objetivos para lograr la integración política:

12. Cohesión y superación de asimetrías:

13. Los Estados de Centroamérica y la Unión Europea, deben asumir el compromiso de impulsar para Centroamérica como región con mayores asimetrías, un modelo de desarrollo alternativo, sostenible, democrático, incluyente, que potencie el crecimiento de nuestros pueblos y países e invertir los recursos necesarios para superar las asimetrías entre ambas regiones, y entre los países de Centroamérica de manera particular.

14. Se debe avanzar en la cohesión y superación de las asimetrías, reconociendo que la desigualdad social en sí misma, es un obstáculo para el desarrollo y que la asimetría más pronunciada y la que constituye el principal obstáculo para nuestro desarrollo económico y social, es la pobreza. De ahí que cohesión y superación de asimetrías, son condiciones para la integración con justicia, paz, democracia y desarrollo y entonces, la eliminación de la pobreza debe integrarse a la estrategia de crecimiento que impulsen ambas regiones en el marco del ADA CA-UE.

15. Integración

16. Los Estados centroamericanos se deben comprometer a consolidar el sistema de integración centroamericana, como un instrumento hacia el desarrollo. La Unión Europea debe apoyar plenamente este proceso de integración. Un proceso que debe nacer desde los pueblos e integrando los pueblos; con políticas claras, mecanismos concretos con recursos específicos, que lleven a la superación de todas las desigualdades y exclusiones entre países, sectores dentro de los países y grupos a los que, el actual modelo, ha vulnerado de forma particular. La celebración del ADA CA-UE, debe garantizar la reformulación de la visión y estructuras de la integración subregional desde este enfoque; crear las instancias y asignar los recursos necesarios para ello.

17. En este marco, se debe garantizar el ejercicio de la ciudadanía; es decir, la construcción de una ciudadanía centroamericana, que debe ser un complemento y síntesis de la ciudadanía nacional. Se requiere crear una conciencia creciente en torno a este ideal y las instituciones y mecanismos que permitan desarrollarlo y convertirlo en parte central de la dinámica integracionista.

18. Promoción de empleo decente

19. Los Estados deben orientar las políticas en estas materias bajo los principios de que toda persona tiene derecho al trabajo, a la formación profesional, a la libre elección de su trabajo, a acceder a un servicio gratuito de colocación y a la protección contra el desempleo. Las Partes negociadoras deben comprometerse a promover la elaboración de políticas destinadas a la preservación del trabajo y al impulso del empleo digno y dignificante, como factor de desarrollo de la sociedad, y medio para lograr una mejor y más justa repartición de la riqueza.

20. Deben promover y hacer efectivas políticas públicas que contribuyan a que hombres y mujeres en Centroamérica, puedan tener un trabajo decente, asignando recursos técnicos y financieros para llevar a concreción los acuerdos tripartitos centroamericanos asumidos desde el año 2006, en Tegucigalpa, Honduras. Toda la política de inversiones de las empresas hacia esta región y la cooperación, deberá estar enmarcada en los propósitos de esos acuerdos.

21. Seguridad Social

22. El ADA CA-UE, deberá favorecer a que los sistemas de seguridad social **se fortalezcan en la región centroamericana y se mejore el acceso** universal de la población a los servicios sociales. Para participar de forma efectiva en los procesos productivos en igualdad de oportunidades entre trabajadoras y trabajadores de ambas regiones, el ADA debe marcarse la meta de que las condiciones de salud y Seguridad Social en América Central se aproximen a los niveles europeos.

23. En este sentido deben establecerse mecanismos de apoyo técnico y cooperación entre ambas regiones, que contribuyan a reformar los sistemas de la seguridad social. Sobre este particular, se deben acordar e imponer fuertes sanciones económicas para aquellas empresas que evadan el pago de las cargas sociales y para aquellos Estados que no cumplan con su responsabilidad de evitar y sancionar la citada evasión.

24. Migrantes y políticas migratorias

25. Ambas partes deben asumir las migraciones de contingentes de trabajadores y trabajadoras a lo interno de Centroamérica y entre ambas regiones, como una dimensión de la progresiva universalización del sistema de relaciones internacionales, un aspecto vital de los procesos de integración y cooperación que hace una contribución positiva al desarrollo económico y social de los países de *cada región y entre regiones*. Se han de consolidar mecanismos de concertación y coordinación bi-regional de políticas y acciones en el campo migratorio, con una visión integral de toda la realidad humana, económica, cultural, productiva, social que conlleva.

26. Diálogo social y participación

27. El diálogo social, deberá profundizarse como medio para garantizar la participación de las organi-

zaciones sindicales como interlocutoras fundamentales y lograr una mayor incidencia de los actores sociales, en el diseño y adopción de las políticas socioeconómicas, laborales nacionales y regionales.

28. La participación de la sociedad civil debe ser reconocida en las disposiciones institucionales del ADA CA-UE y en todo proceso regional de integración, haciendo obligatoria su consulta y participación durante los procesos de formulación de políticas y aplicación de programas de cooperación que le afecten. Los gobiernos deben reconocer la participación de ésta y la sociedad civil reconocer su responsabilidad en la construcción de una nueva comunidad basada en la cooperación y la solidaridad.

29. Entre otros instrumentos mucho más específicos, debe establecerse en el marco del ADA CA-UE, la constitución y puesta en funcionamiento de un Consejo Económico Social Subregional de Centroamérica, entidad de carácter tripartito, así como la creación de otras instancias similares que se requiera. Se crearán los protocolos específicos para su creación y funcionamiento y se asignarán los recursos necesarios para que cumplan su función con efectividad. Este CESS junto al CESE de la UE conformarán un Comité Consultivo Mixto para el seguimiento de la aplicación del ADA en sus aspectos económicos y sociales.

30. Desarrollo humano sostenible.

31. En consonancia con la Comisión Mundial del Medio Ambiente de la Organización de Naciones Unidas, se deberá promover el desarrollo humano sostenible como un desarrollo que satisfaga las necesidades del presente, sin poner en peligro la capacidad de las generaciones futuras para atender sus propias necesidades.

32. En ese sentido, las partes participantes del ADA CA-UE promoverán sus esfuerzos para el estudio y la utilización de los recursos naturales y en la lucha porque los países - en especial aquellos en desarrollo- ejerzan un control adecuado sobre sus propios recursos naturales, considerando que el medio ambiente es parte integrante del desarrollo económico y social y no se podrá lograr éste, sin la preservación de la base ecológica de los países.

33. Deberán incorporar medidas concretas respecto a temas como la desertificación, la protección de la capa de ozono, el calentamiento global y cambio climático, la protección de los bosques, la utilización

del agua y la energía, entre muchos otros temas. América Central deberá convertirse en un espacio para el desarrollo sostenible, donde el progreso socioeconómico de las poblaciones no suceda a costa de la destrucción de la naturaleza.

34. Ante la vulnerabilidad socio ambiental de Centroamérica, cualquier Acuerdo de Cooperación o Tratado Comercial, deberá incluir políticas y medidas de desarrollo que tomen en cuenta factores sociales, políticos, económicos y ecológicos en relación con temas como la agricultura, la utilización del agua y la sanidad, la biodiversidad, coberturas de agua potable, fomentar la producción de energía limpia, protección de los recursos hídricos y restauración de los ecosistemas, utilización sostenible de la biodiversidad y de los recursos genéticos, reducción del consumo de combustibles y sustancias contaminantes, investigación y utilización de combustibles alternativos, mitigación del cambio climático, el ambiente y su relación con la salud humana, entre muchos otros. Es decir, se trata de elaborar y ejecutar políticas para el desarrollo sostenible.

35. Las partes de ADA CA-UE se deberán comprometer con la ratificación y cumplimiento de los Convenios Internacionales en esta materia, contenidos en las regulaciones del Anexo III del Reglamento del SGP PLUS, Parte B. El incumplimiento a estos Convenios debe ser motivo para sancionar al país o países incumplientes, con pérdida de beneficios económicos como los del GSP.

36. Objetivos sobre derechos humanos y sindicales

37. En el marco del Acuerdo de Asociación CA-UE, se requiere la inclusión del tema laboral y de derechos humanos, de manera tal que dicho Convenio sea coherente con una verdadera estrategia de desarrollo para América Central, y busque la nivelación de ambas regiones en la asociación, en estas materias.

38. Los Estados participantes deben comprometerse a buscar vías y mecanismos que lleven al cese de la represión, persecución y destrucción de la persona jurídica de los sindicatos en Centroamérica, llevando a la justicia a los culpables intelectuales y materiales de los asesinatos de sindicalistas y líderes sociales; a poner fin a las frecuentes violaciones de los derechos humanos de las trabajadoras y los trabajadores y a las violaciones laborales desde la institucionalidad jurídica en varios países, que afectan derechos conquistados por las trabajadoras y trabajadores.

39. Derechos laborales

40. El derecho laboral centroamericano guarda abismales diferencias con el de la Unión Europea y presenta múltiples carencias; muestra de ello, son las constantes violaciones a los derechos laborales, especialmente de la libertad sindical, de lo cual la comunidad regional e internacional tiene conocimiento.

41. Los Estados parte deben incluir dentro de las legislaciones internas, la exigencia al respeto a los Derechos Fundamentales asumidos en el seno de la OIT. Estando en vigencia el Sistema General de Preferencias (GSP Plus), el ADA CA-UE, deberá incorporar los aspectos ya regulados en el reglamento de este sistema, a tenor de su artículo 9, donde establece los requerimientos para que los países se hagan acreedores a beneficios del régimen especial de estímulo del desarrollo sostenible y la gobernanza. En concreto que hayan ratificado y aplicado efectivamente los convenios indicados en el anexo III, Parte A de ese reglamento, que anexamos a esta propuesta (anexo único). El incumplimiento a estos Convenios debe ser motivo para sancionar al país o países incumplientes, con pérdida de beneficios económicos como los del GSP.

42. Libertad Sindical.

43. Los actos que atenten contra la libertad sindical y las conductas contra los derechos humanos del trabajo deben ser establecidos como delitos y perseguidos para evitar la impunidad. La acción judicial debe concluir en el plazo más breve posible, ya que de lo contrario se daría lugar a una situación de impunidad de hecho, lo cual es extremadamente perjudicial para el ejercicio de las actividades sindicales.

44. Los Estados Partes deben revisar y modificar la normativa actual de manera tal que se garantice el respeto por la libre afiliación de los trabajadores a las organizaciones sindicales y de estas a organizaciones de grado superior, así como la autonomía sindical; garantizar el ejercicio de la actividad sindical y sus fines principales, tales como la negociación colectiva y la huelga como medio para la defensa y promoción de los intereses profesionales; debe fortalecerse además el denominado Fuero sindical, que representa un complemento indispensable de los otros derechos sindicales, al ser una protección contra todo acto que pueda perjudicar la actividad sindical, incluyendo dentro del mismo a todos los trabajadores en el ejercicio

de su actividad laboral y no sólo a los dirigentes, al igual que la prohibición de prácticas laborales desleales y el respeto por el denominado principio de pureza sindical.

45. Establecer programas conjuntos de cooperación tendientes al establecimiento de medidas que logren eliminar las restricciones, no sólo de índole normativa sino también de cultura sindical y empresarial a las convenciones colectivas en pro del aumento de la productividad y del beneficio de los trabajadores. Todos los Estados firmantes del Acuerdo se obligan a ratificar todos los Convenios de la Organización Internacional del Trabajo relativos a la negociación colectiva so pena de quedar excluidos del Tratado hasta tanto no los ratifiquen.

46. Los Estados parte deben reformar y uniformar sus legislaciones laborales, de manera tal que se garantice el ejercicio del derecho de huelga a todos los trabajadores, tanto públicos como privados.

47. Derechos de las Poblaciones Indígenas

48. Los Estados Partes deben comprometerse a conformar equipos profesionales multidisciplinarios, encargados de diseñar las políticas públicas regionales tendientes a garantizar el desarrollo humano integral de estas poblaciones, incluyendo dentro de este la educación y la capacitación, acompañados de la generación de empleo, respetando sus recursos naturales y su identidad cultural. Dichos equipos deberán involucrar activamente a las diversas poblaciones indígenas en el diseño y planificación de sus políticas. En este campo, la ayuda internacional, tanto a nivel económico como con la facilitación de recurso humano calificado, juegan un papel esencial para lograr los objetivos propuestos. El ADA debe garantizar que se respetaran los derechos cívicos y el patrimonio de las poblaciones indígenas en el marco del Convenio 169 de la OIT.

49. Personas con capacidades disminuidas.

50. Los Estados Parte se comprometen a establecer las políticas adecuadas para lograr la integración de las personas con capacidades diferentes en el ámbito social, cultural, político, económico y laboral en igualdad de condiciones y a abrir los espacios de participación para que este sector de la población exponga sus necesidades y problemas.

IV. Órganos y procedimientos de control sobre el capítulo socio laboral Las Partes deben establecer mecanismos para el cumplimiento de los derechos

humanos y sindicales, los cuales tendrán como objetivo promocionar y velar por el cumplimiento de los compromisos asumidos, mediante la cooperación entre ambas regiones.

51. Comisión Tripartita Birregional, Centroamérica-Unión Europea.

52. Proponemos la creación de una Comisión Tripartita Birregional Centroamérica-Unión Europea, la cual estará conformada por nueve miembros con amplia experiencia en derecho laboral, designados por consenso por el Consejo del futuro Acuerdo UE-Centroamericana de una lista que propondrá el sector empresarial, los Estados parte, los/as trabajadores/as y sus organizaciones.

53. Esta Comisión deberá elaborar semestralmente un informe en el cual se evalúe el desarrollo del Capítulo Social del ADA, elaborará recomendaciones para el cumplimiento y será una instancia que evaluará el cumplimiento de los derechos laborales enunciados en este Capítulo, así como los contenidos en las distintas Declaraciones de Derechos Humanos e instrumentos de la OIT. El Consejo del ADA podrá tomar medidas contra las empresas denunciadas por esta Comisión por incumplimiento de los derechos laborales.

54. Cooperación técnica.

55. Las partes deben establecer mecanismos de cooperación en materia laboral y social, mediante el asesoramiento, intercambio de información, bases de datos y observatorios, así como para la elaboración de espacios web que permitan la publicación de los informes y las recomendaciones de la Comisión Tripartita Birregional, y sea un puente de enlace entre estos organismos y la sociedad civil.

ANEXO ÚNICO

ANEXO III

Convenios a que se refiere el artículo 9 del Reglamento del GSP

PARTE A

Convenios de la ONU y la OIT referentes a los derechos humanos y de los trabajadores

1. Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos
2. Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales
3. Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial

4. Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer
5. Convenio para la prevención de la tortura y de las penas o tratos inhumanos o degradantes
6. Convención sobre los Derechos del Niño
7. Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio
8. Convenio relativo a la edad mínima de admisión al empleo (No 138)
9. Convenio relativo a la prohibición de las peores formas de trabajo infantil y la acción inmediata para su eliminación (No 182)
10. Convenio sobre la abolición del trabajo forzoso (No 105)
11. Convenio relativo al trabajo forzoso u obligatorio (No 29)
12. Convenio relativo a la igualdad de remuneración entre la mano de obra masculina y la mano de obra femenina por un trabajo de igual valor (No 100)
13. Convenio relativo a la discriminación en materia de empleo y ocupación (No 111)
14. Convenio sobre la libertad sindical y la protección del derecho de sindicación (No 87)
15. Convenio relativo a la aplicación de los principios del derecho de sindicación y de negociación colectiva (No 98)
16. Convención Internacional sobre la Represión y el Castigo del Crimen de Apartheid

PARTE B

Convenios referentes al medio ambiente y los principios de gobernanza

17. Protocolo de Montreal relativo a las sustancias que agotan la capa de ozono
18. Convenio de Basilea sobre el control de los movimientos transfronterizos de los desechos peligrosos y su eliminación
19. Convenio de Estocolmo sobre contaminantes orgánicos persistentes
20. Convención sobre el Comercio Internacional de Especies Amenazadas de Fauna y Flora Silvestres
21. Convenio sobre la Diversidad Biológica
22. Protocolo de Cartagena sobre Seguridad de la Biotecnología
23. Protocolo de Kioto de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático
24. Convención única de las Naciones Unidas sobre estupefacientes (1961)
25. Convenio de las Naciones Unidas sobre sustancias psicotrópicas (1971)
26. Convención de las Naciones Unidas contra el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas (1988)
27. Convención de México de las Naciones Unidas contra la corrupción

**CONFEDERACIÓN EUROPEA
DE SINDICATOS (CES)**

**CONFEDERACIÓN SINDICAL
DE TRABAJADORES DE LAS
AMERICAS (CSA)**

*Comunicado conjunto
de prensa*

**POR EL
FORTALECIMIENTO
DE LA CAN:
NO A LAS
NEGOCIACIONES
BILATERALES**

Expresamos nuestra preocupación ante la decisión de la Comisión Europea y los gobiernos de Colombia y Perú de negociar acuerdos comerciales bilaterales entre ellos, poniendo así fin al proyecto inicial de negociación de un Acuerdo de Asociación bloque a bloque UE-CAN, que incluyera el diálogo político y la cooperación pero también un capítulo comercial.

Por la parte europea creemos que el mandato negociador que el Consejo dio a la Comisión no contempla esa posibilidad, por lo cual el Parlamento Europeo debería ser consultado de nuevo. Por la parte andina, la decisión de Colombia y Perú rompe la solidaridad del bloque y pone en peligro la propia existencia de la CAN.

Ante las discrepancias entre los cuatro países del bloque andino sobre los contenidos de la negociación se pretende avanzar unilateralmente por la vía de un acuerdo de libre comercio repitiendo lo sucedido entre esos países y EEUU que propició la actual crisis de la CAN.

Mientras tanto la Unión Europea, al vaciar el acuerdo de asociación integral con la CAN (pues para la cooperación y el diálogo político ya hay otro acuerdo firmado en 2003), contradice su estrategia lanzada en la Cumbre de Río de 1999 (y reiterada en las siguientes) de alcanzar asociaciones políticas que fortalezcan los procesos de integración y la cohesión social en América Latina.

La CES y la CSA reafirman su postura favorable al fortalecimiento de la Comunidad Andina de Naciones (en riesgo de disgregación si se rompe la negociación bloque a bloque) y las necesidades de que las negociaciones con la UE incluyan el conjunto de las relaciones entre ambas regiones: los intercambios comerciales basados en los principios del comercio justo, los aspectos de co-desarrollo, con programas para la corrección de asimetrías, la cooperación para el fortalecimiento de los sistemas sociales y el diálogo político para la consolidación de las instituciones democráticas. Y especialmente queremos insistir en la necesidad de

introducir un capítulo sobre trabajo decente que plasme y verifique la aplicación de los derechos fundamentales de los trabajadores, tal y como se reclamó en una Declaración firmada por la CES y la Coordinadora de Centrales Sindicales Andinas (CCSA).

Por ello llamamos a la Comisión de la UE y a las instituciones y gobiernos de la Comunidad Andina para que se reconduzcan las negociaciones para un acuerdo de bloque a bloque y se renuncie a las intenciones de alcanzar acuerdos bilaterales de libre comercio.

Madrid, 21 de noviembre de 2008

DECLARACION DEL TERCER ENCUENTRO SINDICAL UNION EUROPEA Y MÉXICO

*México,
D.F. a 29 de octubre de 2008*

En la Ciudad de México, Distrito Federal el 29 de octubre de 2008, se llevó a cabo el Tercer Encuentro Sindical UE-México con la presencia de representantes de la Confederación Europea de Sindicatos y sindicatos nacionales de México, con el apoyo de la Confederación Sindical de Trabajadores de las Américas (CSA)¹.

Este Encuentro Sindical se ha llevado en la perspectiva del Tercer Foro de Diálogo entre las Sociedades Civiles y las Instituciones del Gobierno de México y de la Unión Europea, y ha tenido como objetivos principales coordinar las propuestas que tanto el Grupo de los Trabajadores mexicanos como de nuestros compañeros de la Confederación Europea de Sindicatos presentaremos al Foro, intercambiar opiniones y profundizar en nuestros programas de intercambio y desarrollo.

Crisis económica mundial.

Los sindicatos de México y la Unión Europea queremos manifestar nuestra actual preocupación ante la que se considera ya la mayor y más profunda crisis de la economía mundial.

Hay temor en las poblaciones por las consecuencias negativas de esta situación financiera global. Generalmente se suele hacer pagar los costos a los más desprotegidos y en particular a las clases trabajadoras.

Los últimos veinticinco años vimos erigirse en el mundo un dogma económico que se extendió en nuestras regiones. Ese dogma se dirigía sobre todo a lograr el debilitamiento del Estado y a la instauración apologética del dominio de las fuerzas del mercado en todo el ámbito social y político.

Ante una crisis como ésta, los Estados se encuentran poco predispuestos a apoyar a las poblaciones más afectadas. Se han desmantelado muchas de las instituciones que hacían posible la solidaridad y la reconstrucción del tejido social que

¹ La CSA y las centrales sindicales mexicanas CTM, UNT y CROC forman parte de la Confederación Sindical Internacional CSI. La Fundación Friederich Ebert-México ha colaborado en la realización de este encuentro sindical.

siempre se daña en situaciones como la que estamos empezando a vivir.

Se ha iniciado un momento de definición ante esta crisis del modelo dominante. El actual sistema multilateral ha sido ya puesto en duda por las mismas instituciones que lo promovían, desde el Fondo Monetario Internacional hasta el Banco Mundial.

La magnitud de la crisis exige no tan solo rapidez en las respuestas sino otro tipo de medidas que sólo pueden ser encontradas en un nuevo esquema geopolítico de desarrollo de la economía mundial y la creación de una nueva hegemonía que sirva al desarrollo pacífico del mundo.

Por ello, nos sumamos al llamado que han hecho los gobiernos de las principales economías en el sentido de ampliar las bases del actual multilateralismo e incorporar a los actuales núcleos estratégicos a las principales economías emergentes.

Pensamos asimismo que los contenidos de los acuerdos celebrados en las diferentes Cumbres Mundiales de Naciones Unidas relacionados con los derechos económicos, sociales y culturales, la sustentabilidad y la cohesión social deben de ser considerados para el nuevo multilateralismo.

Este mes de noviembre se ha convocado a la cumbre del G8, ampliándolo con la presencia de los Jefes de Estado de estas economías emergentes. Por América Latina estarán presentes Brasil y México.

Acuerdo estratégico UE-México

En este contexto, hace apenas unos días, la Unión Europea ha declarado a México socio estratégico. Este nuevo paso en la relación entre ambas regiones debe de ser reconocido como una oportunidad para iniciar un diálogo más intenso y orientado hacia la construcción del nuevo orden geopolítico y económico que deberá surgir de la actual crisis y elaborar propuestas para llevarlas de manera conjunta a las instancias de decisión global.

Adicionalmente esta nueva condición debiera servir para reconocer la asimetría existente entre México y la UE y encontrar las acciones de cooperación pertinentes para reducirla y desarrollar con ello el potencial existente tanto en el acuerdo global como en la asociación estratégica.

Los sindicatos mexicanos y europeos queremos pronunciamos por la necesidad de un trabajo

coordinado de nuestros gobiernos tomando en cuenta los puntos de vista y las propuestas que están presentes en nuestras respectivas sociedades desde hace ya muchos años.

Los sindicatos hemos avanzado en este sentido y muchas propuestas están en las mesas de debate.

No permitiremos que las víctimas de esta crisis vuelvan a ser las clases trabajadoras y más desprotegidas de nuestras regiones. El sacrificio y el desmantelamiento de las estructuras de solidaridad social no puede ser de nueva cuenta la respuesta irracional a una situación que exige un cambio fundamental de rumbo. Tampoco consentiremos que las salidas a la crisis sean antidemocráticas o excluyentes.

Esta es la gran oportunidad para que la Unión Europea y México vayan juntos en la creación de un nuevo multilateralismo incluyente, promotor de una economía mundial portadora de futuro; sustentable, solidario, democrático, promotor de la cohesión social.

Este trabajo debe dar lugar a la renovación de las instituciones de gobernanza mundial, a un nuevo orden económico, a una visión geopolítica de inclusión y de desarrollo compartido, disminución de la desigualdad local y global, y sobre todo, la creación de una economía mundial regida por los principios de sustentabilidad y democracia.

Dimensión socio-laboral y participación

El nuevo marco de relaciones estratégicas entre México y la Unión Europea deberá facilitar la revisión del actual Acuerdo Global con el fin de desarrollar la cláusula democrática e introducir la dimensión social y laboral ahora ausente.

En este sentido, la creación de un Consejo Económico y Social mexicano y la participación de las organizaciones sociales es un requisito fundamental.

Por lo tanto, el Tercer Encuentro Sindical México-UE declara:

1) Retomar la agenda formulada por las organizaciones sindicales mexicanas y europeas establecidas en sus anteriores encuentros y también las conclusiones de la Cuarta Cumbre Sindical América Latina-UE, destacando los siguientes puntos:

- Trabajo digno.
- Dimensión socio-laboral de los Acuerdos.
- Corrección de asimetrías, cohesión social y co-desarrollo.
- Derechos humanos y fortalecimiento del proceso democrático participativo.
- Igualdad de género.
- Protección de los derechos de los inmigrantes y lucha contra la xenofobia.
- Nuevo paradigma en el modelo educativo.
- Cambio climático y sustentabilidad.

2) Demandamos que la actual Asociación Estratégica entre México y la Unión Europea y el Acuerdo Global cuenten con objetivos precisos y metas cuantificables que reduzcan la asimetría, erradiquen la pobreza, el hambre, la mortandad y desnutrición infantil, el desempleo y las tendencias hacia la precarización laboral y contra los derechos y normas en materia sociolaboral.

3) Los sindicatos mexicanos expresamos nuestro rechazo a la tendencia a la precarización del empleo, tolerado por el gobierno mexicano, particularmente la formalización de prácticas como el “*outsourcing*” (subcontratación). Nos oponemos a la creación de empleo precario como respuesta a la crisis de crecimiento económico y a la existencia de los contratos colectivos de protección patronal.

4) Proponemos la utilización de instrumentos internacionales de actuación ante las empresas multinacionales, principalmente los Acuerdos Marcos internacionales y las Directrices OCDE. Asimismo, conviene explorar los contenidos y potencialidades de los mecanismos de información y consulta de los Comités de Empresa Europeos.

5) La nueva gobernanza mundial deberá considerar los contenidos de los Acuerdos de las Cumbres Mundiales de la ONU, particularmente lo relacionado a los derechos económicos, sociales y culturales, la sustentabilidad, la cohesión social y soberanía alimentaria.

6) De cara a los temas laborales, como el fomento del diálogo social en México, proponemos se convoque a una reunión bilateral empresarios-sindicatos.

7) De igual forma, instamos a los Gobiernos para que se coordinen y lleguen a posiciones comunes en la construcción de la nueva arquitectura de

governabilidad mundial, asignándole un papel fundamental a la reorganización de la ONU y sus organismos fundamentales como el FMI, BM, OIT. El objetivo es sentar las bases efectivas de un nuevo multilateralismo en el seno de la Organización de las Naciones Unidas, en el que se contemple cada vez más la voz y parecer de todas las regiones. El orden mundial exige transitar hacia una ampliación mucho más democrática de los mecanismos de toma de decisiones.

8) Instamos a los Gobiernos de México y la Unión Europea a que en el marco de la Asociación Unión Europea y México se asuma la asimetría entre ambas regiones y sus economías, con el fin de que el tratamiento comercial-financiero a México tenga en cuenta estas grandes diferencias con el propósito de garantizar que la cooperación establezca las acciones compensatorias necesarias para este propósito.

9) Reiteramos nuestra petición de incluir en el cuerpo del Acuerdo un capítulo socio-laboral, o Protocolo Anexo, que garantice los derechos de los trabajadores, tomando como marco la Declaración de Derechos Fundamentales de la OIT de 1998.

La CES y los sindicatos mexicanos deben tener reconocido por el Acuerdo un papel de seguimiento de la aplicación de estos derechos.

10) Asimismo, y en referencia a los derechos humanos de los pueblos indígenas, se exige el respeto irrestricto del convenio 169 de la OIT.

11) Las organizaciones representativas de trabajadoras y trabajadores de México y la UE queremos enfatizar nuestra petición de abrir un debate y de iniciar una ronda global que incluya a nuestras economías y donde se asuma nuestra participación activa y comprometida, a fin de generar un nuevo orden multilateral incluyente con desarrollo social sustentable y solidario.

12) También, reiteramos la urgencia de consolidar esquemas y mecanismos de control de la transferencia de capitales desde los países europeos hacia México, de tal forma, que se garanticen tanto la viabilidad y arraigo productivo, como su inserción en procesos de desarrollo regional que potencien el empleo, garantizando la observancia irrestricta de los derechos laborales.

13) México requiere de la Unión Europea apoyo destinado a elevar su capacidad competitiva por

vía de nuevos acuerdos de asociación tecnológica, desarrollo de su fuerza de trabajo, y de cooperación para la investigación científica que garanticen al país capacidad para impulsar una nueva etapa de desarrollo interno con creciente participación en el mercado mundial.

14) México y la UE como signantes de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, convenciones de derechos civiles y políticos, económicos, sociales y culturales, deberían garantizar su cabal cumplimiento. En esa línea, exigimos el reconocimiento pleno de los derechos laborales de los trabajadores del campo y la ciudad como parte sustantiva de los derechos humanos.

15) Reiteramos nuestro respaldo a los acuerdos internacionales en defensa de los derechos humanos de los trabajadores migrantes y sus familias, a los esfuerzos por adoptar medidas legislativas y acuerdos entre gobiernos para garantizar que los países receptores de migrantes reconozcan la plenitud de sus derechos, se respete su dignidad y su aportación cultural.

16) Hoy, más que nunca, la asociación estratégica UE-México debe contribuir en México a la consolidación del proceso de transición democrática. En este sentido, hacemos la petición de continuar con los trabajos de la Reforma del Estado, la erradicación de la corrupción en la esfera pública y de las fuerzas que intentan socavar al Estado. Los sindicatos mexicanos intensificarán la lucha por la adopción de un Acuerdo de Gobernabilidad Democrática. Apoyamos el Diálogo Político en todos los niveles institucionales de ambas entidades y en especial la creación de la Conferencia Interparlamentaria UE-México.

17) Reiteramos la demanda de los sindicatos mexicanos para que el Poder Legislativo apruebe la iniciativa presentada por un amplio grupo de organizaciones de la sociedad civil y que ha sido debatida y consensuada en el seno de la Comisión para la reforma del estado del Poder Legislativo, para que se cree el Consejo Económico y Social (CES), como órgano descentralizado, autónomo y de interés público; de consulta obligatoria, con capacidad de iniciativa, cuya participación sea plural, democrática, incluyente y de incorporación voluntaria, que fomente y desarrolle el diálogo y la concertación en la sociedad, con la plena participación de los representantes de los trabajadores, de los empresarios

y de otras organizaciones sociales y/o civiles. Demandamos, así, la pronta aprobación de esta iniciativa en poder del Congreso mexicano para la constitución del CES.

18) Una vez constituido el CES de México, éste y el CESE de la UE deberán establecer un Comité Consultivo Mixto, conforme al Artículo 49 del Acuerdo Global.

Hasta la creación del CES mexicano podrá funcionar una comisión entre el CESE de la UE y una representación de la sociedad civil mexicana.

19) Nos pronunciamos por la creación de un Observatorio de la Cohesión Social que vigile y evalúe en ambas regiones el cumplimiento de los propósitos de desarrollo social del Acuerdo Global y de la Asociación Estratégica.

20) La existencia del Comité Conjunto México-Unión Europea, como máximo órgano de negociación y administración del Acuerdo de Asociación, debe ser complementada con la participación de los representantes de los sindicatos, empresarios y demás organizaciones de la sociedad civil para el seguimiento de los temas que le competan.

21) La implementación de programas de cooperación es fundamental para llevar a la práctica los diferentes artículos que el Acuerdo de Asociación dedica a la cooperación en todos los campos. Los sindicatos europeos y mexicanos buscamos pasar de las buenas intenciones a medidas de cooperación horizontal concretas en sectores específicos como telecomunicaciones, energía, aeronáutico, automotriz, salud, educativo y otros.

22) Las Organizaciones Sindicales firmantes reiteramos el reclamo de canales de información, consulta, evaluación, seguimiento y participación efectiva de la sociedad civil que precisan de mecanismos permanentes, como los propuestos en esta Declaración.

23) Con el fin de fomentar el diálogo social, en el marco de esta Declaración, las organizaciones firmantes, mantienen firme su objetivo de incrementar sus relaciones con los organismos empresariales y demás formas de expresión de la sociedad civil.

Realizado en la Ciudad de México, Distrito Federal el 29 de octubre de 2008.

CENTRALES Y CONFEDERACIONES	FEDERACIONES
CONFEDERACION EUROPEA DE SINDICATOS (CES)	FEDERACIÓN REGIONAL DE OBREROS DE MÉXICO (FROM)
UNIÓN NACIONAL DE TRABAJADORES (UNT)	FEDERACIÓN NACIONAL DE SINDICATOS UNIVER- SITARIOS (FNSU)
CONFEDERACIÓN REVOLUCIONARIA DE OBREROS Y CAMPESINOS (CROC)	FEDERACIÓN NACIONAL DE SINDICATOS BANCARIOS (FENASIB)
CONFEDERACIÓN DE TRABAJADORES DE MÉXICO (CTM)	FEDERACIÓN DEMOCRÁTICA DE SERVIDORES PÚBLICOS (FEDESP)
CONFEDERACIÓN REGIONAL DE OBREROS DE MÉXICO (CROM)	

EL ACUERDO DE PARTENARIADO ECONÓMICO (APE) ENTRE LA UNIÓN EUROPEA Y CARIFORUM

La UE y los países de la región del Caribe (Cariforum) firmaron el 15 de octubre de 2008 un Acuerdo de Partenariado Económico (APE) que reforzará los vínculos entre ambas regiones y promoverá la integración regional en el Caribe.

Los países miembros de Cariforum son: Antigua y Barbuda, las Bahamas, Barbados, Belice, Dominica, República Dominicana, Granada, Guyana, Haití, Jamaica, Santa Lucía, San Vicente y las Granadinas, San Cristóbal y Nieves, Surinam, y Trinidad y Tobago. Cuba también es miembro de Cariforum, pero no participó en las negociaciones. Haití, que participó en las negociaciones, no lo ha firmado por sus graves dificultades pero mantendrá el libre acceso a los mercados europeos por su condición de país menos adelantado.

Estas negociaciones derivan del Tratado de Cotonou para los países de África, Caribe y Pacífico (ACP). A efectos de negociar estos Acuerdos de Partenariado Económico (APE) con la UE los países ACP se subdividieron en agrupaciones regionales: cuatro en África, una en el Pacífico y otra en el Caribe, siendo la de Cariforum la primera que ha alcanzado un Acuerdo con la Unión Europea.

Según la Comisión Europea el APE con Cariforum es el primer acuerdo comercial y de desarrollo Norte-Sur verdaderamente completo de la economía mundial. Incluye un paquete de medidas destinadas a estimular el comercio, la inversión y la innovación, con el objetivo promover el desarrollo sostenible, crear un mercado regional entre los países caribeños y contribuir a eliminar la pobreza.

Entre los aspectos que la Comisión Europea señala como más relevantes del APE figuran los siguientes:

- ofrece acceso directo a los mercados de la UE para las exportaciones caribeñas;
- permite que los mercados caribeños se abran gradualmente con las salvaguardias adecuadas para proteger el empleo local y los sectores sensibles;
- liberaliza el comercio en el sector de los servicios para promover el crecimiento y las inver-

siones; promueve la cooperación en programas innovadores;
→ protege las normas laborales y medioambientales en el Caribe;
→ ayuda a los exportadores caribeños a cumplir las normas internacionales y de la UE.

Sin embargo para los sindicatos la valoración de este Acuerdo es menos complaciente. La Confederación Sindical Internacional (CSI) en un documento de análisis de dicho Acuerdo reconoce que hay algunos elementos positivos en las partes relativas al desarrollo sostenible, al capítulo social o a las disposiciones institucionales. Sin embargo según el análisis de la CSI, que comparte la CES, hay otros aspectos que pueden tener repercusiones sociales y económicas negativas sobre todo para los trabajadores de los países en desarrollo del Cariforum.

Especialmente importante es la creación de un Consejo Consultivo Cariforum-Unión Europea que según el artículo 22 del Acuerdo estará encargado de promover el diálogo y la cooperación entre los representantes de organizaciones de la sociedad civil, incluyendo la comunidad universitaria y los interlocutores económicos y sociales.

Entre los aspectos sociales del Acuerdo Cariforum-UE valorados positivamente por la CSI y por la CES, hay que señalar el compromiso de respetar los convenios y normas internacionales en materia de derechos sociales fundamentales, de empleo y trabajo decente y el papel que otorga a la OIT.

También es destacable la introducción de mecanismos de seguimiento de la aplicación de estos compromisos que se asignan al Comité Consultivo, que podrá realizar recomendaciones sobre el conjunto de los aspectos económicos, sociales y medioambientales para la puesta en marcha del Acuerdo. Pero hay ambigüedad sobre las posibilidades reales de intervención social debido a que el Acuerdo no concreta las competencias y recursos con que contarán esos mecanismos de seguimiento y particularmente los representantes de los trabajadores.

El Comité Consultivo estará compuesto de forma mixta entre los representantes de la sociedad civil de Cariforum y de la Unión Europea. En lo que concierne a la parte europea la nominación de los representantes estará repartida entre el Comité Económico y Social y las principales organizaciones de trabajadores, empresarios, y otras asociaciones y

ONGs del tercer sector. La CES nombrará dos representantes.

El Acuerdo UE-Cariforum en su conjunto y en particular las materias sociales y los mecanismos de participación que establece tienen mucho interés para ambas regiones pero además, puede marcar una pausa para las negociaciones entre la UE y las demás regiones que como el Cariforum van a negociar un AAE.

Los sindicatos debemos tener en cuenta este Acuerdo (especialmente los avances en participación) en relación a las negociaciones en curso en otras regiones de América Latina para los Acuerdos de Asociación (AdA) con la UE. Pese a que los AdA sean diferentes en algunos aspectos, para los sindicatos sin embargo, se trata de que los criterios que hemos aprobado sobre comercio justo, sobre dimensión social y sobre participación impregnen el conjunto de las relaciones UE-ALC.

BASES PARA UNA PROPUESTA DE FONDOS DE COHESIÓN EUROLATINOAMERICANOS

En un seminario organizado en noviembre de 2008 por la Fundación Alternativas y los sindicatos españoles CCOO y UGT con el apoyo de la Confederación Europea de Sindicatos y de la Confederación Sindical de Trabajadores de las Américas (CSA) se discutió sobre la posibilidad de aprovechar la experiencia de los fondos estructurales y de cohesión europeos para el desarrollo y la cohesión en América Latina.

El seminario se hizo en torno a un estudio elaborado por la propia Fundación Alternativas titulado *Propuesta para un área eurolatinoamericana de comercio justo, fondos de convergencia y cohesión social*.¹

Como conclusión se evaluó que la idea es positiva, pero que requiere de un debate más profundo dentro de la CES y la CSA/CCSCS sobre las condiciones o marco que la propuesta debe tener desde la perspectiva sindical y de la construcción de consensos más claros en cada una de las dos organizaciones.

Para esto se decidió lo siguiente:

- 1-** Elaboración de un documento sindical sobre el tema (CES/CSA) con los retos políticos que la propuesta implica.
- 2-** Un proceso de debate sindical en Europa y las Américas que será estructurado por la CES y la CSA en sus regiones y realizado durante el primer semestre de 2009.
- 3-** En un tercer momento se realizarán acciones de incidencia sobre los gobiernos para ir instalando el tema y buscar aliados en otros ámbitos (CESE y otros Consejos Económicos nacionales o regionales, FCES), EUROLAT, Parlasur y otras instancias de representación Parlamentaria.

El documento sindical está aún en fase de elabo-

¹ Observatorio de Política Exterior Española (OPEX): *Una nueva relación UE-América Latina*. Autores.: Juan de Dios Izquierdo y Rubén Torres Kumbrián. Proyecto original y contribuciones al texto: Nicolás Sartorius y Vicente Palacio

ración. Adjuntamos un resumen del contenido del estudio técnico de la Fundación Alternativas para que las organizaciones sindicales europeas y latinoamericanas conozcan los fundamentos en que se han basado los autores con independencia de que una vez adoptada la propuesta sindical se pueda difundir completo así como la Plataforma Laboral de las Américas.

1. Resumen
2. Claves comprensivas
3. La Cohesión Europea como referente

1. Resumen

La experiencia europea en materia de Cohesión Económica Social y Territorial permite un análisis de resultados, por su extensión en el tiempo y su intensidad en la aplicación. La conclusión fundamental que se extrae de dicha experiencia es que el modelo de apertura comercial con Igualdad Competitiva ha superado al modelo de Zona de Libre Comercio estricto.

La política de Cohesión ha permitido a las regiones y los países menos favorecidos de la Unión Europea alcanzar un nivel de competitividad suficiente para estar en el mercado sin producir la exclusión social que en su momento se derivó de la aplicación estricta del “Consenso de Washington”.

Las bases de la política de cohesión europea son: normas claras, directrices científicas orientadas a las reformas estructurales, mutuo beneficio y presupuesto adecuado, para invertir en las regiones con desigualdad competitiva, en un proceso de apertura comercial.

Diversas instancias (sindicatos, instituciones, gobiernos) están lanzando mensajes para avanzar en políticas de convergencia y cohesión y aprovechar la experiencia europea como referente exitoso para la integración social y regional latinoamericana. Es preciso responder a las siguientes cuestiones:

- ¿Puede el paradigma europeo aplicarse para lograr la cohesión en América Latina?
- ¿Quiénes serían los socios?
- ¿Se dan los lazos adecuados para promover una Cohesión Eurolatinoamericana?
- ¿De qué nivel presupuestario se debería dotar?
- Además de para América Latina, ¿la Cohesión Eurolatinoamericana beneficia a Europa?

→ ¿Pueden servir los Fondos Eurolatinoamericanos para desbloquear las negociaciones comerciales de la Unión Europea con MERCOSUR y/o otros bloques regionales o países de la zona?

→ ¿Se dan las condiciones políticas y económicas para implementar la Cohesión Eurolatinoamericana?

→ Finalmente, ¿cuál es el coste de la no-cohesión en América Latina?

2. Claves comprensivas

Objeto: *Cohesión Económica, Social y Territorial Eurolatinoamericana*. El fin es alcanzar un nivel de competitividad con cohesión en todos los países y regiones de América Latina, garantizado por la confluencia de la Unión Europea y América Latina.

Modelo: Transferencia, adaptada a Latinoamérica, del PARADIGMA DE “COHESIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL EUROPEA”, con partenariado europeo, en un horizonte de espacio de creciente apertura comercial.

Impacto: Creación de una Zona Eurolatinoamericana de Intercambio Económico con capacidad competitiva en todas las Regiones de Latinoamérica.

Instrumento: Política de Cohesión Eurolatinoamericana que aporte los Fondos Estructurales dirigidos a reformas estructurales que aumenten la productividad o generen aparato productivo, especialmente en los Estados y Regiones Desfavorecidos de Latinoamérica.

Presupuesto: Dedicar a título de ejemplo el 1% del montante del PIB latinoamericano a crear las condiciones de competitividad suficiente, mediante inversiones en los ámbitos que se consideren más adecuados para Latinoamérica y que en el caso europeo fueron: infraestructura energética, infraestructura viaria, transporte, medio ambiente, comunicaciones, formación, investigación, tecnologías de la información y la comunicación, y reindustrialización. Utilizando esta referencia, el montante de la Cohesión Eurolatinoamericana ascendería a 36.000 millones de dólares anuales, aproximadamente.

→ **Presupuesto Inicial:** Comenzando, como proyección teórica, la implementación de la Política de Cohesión Eurolatinoamericana por los países de MERCOSUR, el presupuesto se estima en unos 16.000 millones de dólares anuales, quedando abierta la participación presupuestaria concreta de cada uno de los socios.

Elegibilidad: las *ratios* socioeconómicas comparativas analíticas serán latinoamericanas, referidas a los Estados que participen en cada momento. Los porcentajes de elegibilidad de los Estados y las Regiones, para recibir inversiones de cohesión, se efectuarán con arreglo a ellas.

→ **Estados Beneficiarios:** Los Estados que se encuentren en un nivel de renta *per capita* con paridad de compra inferior al 50% de la media de la zona Eurolatinoamericana, podrán recibir Fondos Estructurales, destinados a inversiones estratégicas estatales o plurirregionales.

→ **Regiones Beneficiarias:** Las regiones que se encuentren en un nivel de renta *per capita* con paridad de compra inferior al 60% de la media de la zona latinoamericana podrán recibir Fondos Estructurales, destinados a inversiones productivas en su ámbito territorial.

Inversiones para el Cambio Estructural: Todas las inversiones serían acordadas en áreas de valor añadido para el aumento de la competitividad y plasmadas en un documento denominado Plan de Cohesión Eurolatinoamericana.

Arquitectura Institucional: Existirán dispositivos institucionales compartidos de decisión política y presupuestaria, de control de las inversiones y de gestión de los proyectos

Contexto de implementación: La propuesta por parte europea de los Fondos Eurolatinoamericanos se plantea como un elemento esencial de la integración regional en la medida en que es un elemento para desbloquear las negociaciones comerciales de la Unión Europea con MERCOSUR y/o otros bloques regionales o países de la zona (América Central o Andinos), y poner en marcha Acuerdos de Asociación comprensivos.

3. La Cohesión Europea como referente

La cohesión social en la Asociación Estratégica Unión Europea - América Latina y Caribe

La Cohesión es un tema recurrente en la relación de la Unión Europea con América Latina. La UE mantiene diálogos específicos con sus socios latinoamericanos y el tema se ha convertido en un eje prioritario de los programas de cooperación al desarrollo destinados a la región en su conjunto, a sus subregiones o a los distintos países.

El reconocimiento de la necesidad de cohesión social ha ido ganando relevancia en el diálogo bi-regional desde la cumbre UE-ALC de Río de Janeiro, de junio de 1999. En la Cumbre de Guadalajara (México) de mayo de 2004 se lanzó el programa birregional EUROSOCIAL, dotado de 30 millones de euros para el intercambio de experiencias para la definición y la creación de políticas destinadas a reducir las desigualdades sociales.

La Declaración de Guadalajara caracteriza a la Cohesión como la vía para alcanzar las metas de Desarrollo del Milenio, consagra que las políticas económicas deben contribuir al objetivo de la Cohesión y no obstaculizarlo y hace referencia a la revolución fiscal que necesita ALC, subraya la necesidad de contar con aportaciones de organismos financieros internacionales y co-financiación internacional.

En La V Cumbre de Lima de mayo de 2008 se reiteró el apoyo a las negociaciones de Acuerdos de Asociación como objetivos comunes estratégicos, poniendo un especial acento en las negociaciones de la UE con América Central y con la Comunidad Andina para Acuerdos de Asociación Bi-regional. Asimismo, la Declaración de Lima también subrayó la importancia de alcanzar un Acuerdo de Asociación Mercosur-UE equilibrado.

Estos desarrollos apuntan a que las modalidades de implementación de la Cohesión Eurolatinoamericana podrían ser varias, tales como Acuerdos Bilaterales entre la Unión Europea y aquellos Estados latinoamericanos interesados, o bien, entre la Unión y otros bloques supranacionales tales como MERCOSUR, Comunidad Andina, etc.

Los autores entendemos que estos Fondos son más productivos aplicados a procesos de negociación entre bloques por ejemplo UE – MERCOSUR; UE – CAN; UE – Centroamérica, en el marco de procesos de integración, pero no es descartable a priori el aplicarlos a acuerdos de la UE con países concretos.



European Trade Union Confederation (ETUC)
Confédération européenne des syndicats (CES)

5, Bld du Roi Albert II - B- 1210 Bruxelles - Tel. 00-32-2/224 04 11 - Fax 00-32-2/224 04 54/55
www.etuc.org